



JARDIM-INFANTIL PESTALOZZI – 1955-2015
“UMA ESCOLA PARA A INDEPENDÊNCIA
E A RESPONSABILIDADE”

Ana Maria Pessoa

Introdução



Fig. 1 | Jardim Infantil Pestalozzi – 50 anos-1955-2005 [azulejo]

(Fonte: Arquivo particular da autora)

O PRESENTE texto dá a conhecer a história do Jardim-Infantil Pestalozzi (JIP), de um ponto de vista interpretativo porquanto “a história da educação é uma história de problemas, é uma história de problematizações e menos uma história descritiva” (Fernandes, 1996, p. 1). Apresenta as diversas fases de evolução desta escola, tentando integrá-las no contexto político-pedagógico específico e caracterizar o projeto educativo que defende(u) assim como os diversos atores que lhe deram vida. Ao mesmo tempo pretende refletir sobre as opções tomadas, facilidades e constrangimentos superados ou seja, “não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo” (Oliveira & Gatti Júnior, 2002). Por essa razão são analisadas as circunstâncias específicas da criação do Jardim Infantil Pestalozzi (JIP) e a sua integração no contexto histórico, é descrito o percurso da escola (identificando tempos de problemas, de mudanças e de continuidades), caracterizado o seu projeto educativo e modelo pedagógico (fundamentos pedagógicos e identificação das figuras e contributos de pedagogos tutelares) e relação com movimentos, nacionais ou internacionais, inspiradores da ação (Nosella & Buffa,

2009). Fundamental é a abordagem biográfica da diretora, figura carismática da instituição (percurso de vida, formação, opções pedagógicas) e da identificação quer das professoras quer dos alunos/as (caracterização e memórias). A história desta instituição educativa incide também sobre o(s) edifício(s) onde funcionou e outras materialidades (materiais e recursos, fotografias, filmes), sobre os saberes escolares (formas de relação com currículo meios de ensino), sobre a organização pedagógica e as práticas educativas (organização dos tempos, experiências e quotidiano). Como fontes são analisados os documentos oficiais da instituição (jornais, regulamentos, relatórios, dossiês, fotografias), os rituais identitários (imagem, festas, aniversários), as relações com as famílias (um dos traços mais importantes dessa inovação) assim como os meios e processos encontrados para promover e aprofundar a formação docente para este projeto.

Para entender a sua já longa existência e a evolução que, desde o início à atualidade, marcou o seu percurso, foram colocadas as seguintes questões: o JIP foi, desde os anos 50, uma experiência pedagógica alternativa à forma escolar (Vincent, 1994)? Que fundamentação e que protagonistas convoca? A que estratégias recorre e que formas alternativas aplica para pôr em causa dimensões mais tradicionais da forma escolar (organização do tempo e do espaço, flexibilização do currículo, papel das crianças, perfis dos professores)? Que modelo ou que hibridismo foi construído? Como se define o projeto educativo do JIP? Que permanências e alterações ao longo de 65 anos de vida, sobretudo após 1974?

Nesta primeira tentativa de sistematização de uma história do JIP vários foram os obstáculos encontrados. O mais complexo foi o acesso, a extensão, a não organização e a consulta às/das fontes escritas porque, durante mais de 50 anos, Lucinda Atalaia, uma das duas fundadoras do JIP, foi também a única pessoa que tentou preservar a documentação produzida. O arquivo que foi criando apresenta muitos problemas que dificultam a tarefa a quem o consulta¹.

1. Contexto político e educativo

O tempo político desta escola privada ocupa dois de três ciclos identificados por Fernando Rosas (2004): “o ciclo do autoritarismo do *Estado Novo*” (1926-1974), uma vez que o JIP é criado em 1955 e “o ciclo da democracia ou do sistema liberal democrático” (p. 8), (desde 1976 à atualidade); é o tempo da “diversificação do regime (1945-1961)”, do “endurecimento (1961-1968)” e, após uma época de afirmação durante a “liberalização bloqueada (1968-1974)” (Cruz, 1988. p. 38), é o do 25 de abril, após o qual o JIP se reestrutura, sempre na defesa da educação integral.

Naquele tempo de quatro fases educativas, o decurso da formação inicial (pessoal e

¹ Ultrapassando todos estes constrangimentos e reforçando o apoio incondicional por parte da direção do JIP (Paula Lobo e Mónica Almeida) e da Fundação Lucinda Atalaya, foi possível ter acesso a 42 desses 183 contentores. Durante mais de 450 horas foi feito o inventário exaustivo e leitura aprofundada, selecionados os materiais a usar assim como analisadas as fotografias e outros meios A/V, jogos, discos... ali disponíveis.

profissional) da futura diretora do JIP coincide com a segunda (1936-1947), uma época de “tentativa de edificação da escola nacionalista, baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral” (Nóvoa, 1999).

Quando a escola é criada, durante a terceira fase educativa (1947-1961) do *Estado Novo* este tenta lutar, sem grande sucesso, contra o analfabetismo, através da Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA) e o Plano de Educação Popular (1952). A quarta fase (1961-1974), a da “política de resposta à expansão escolar, que obriga a adotar uma série de medidas de emergência”, porque a escolarização da população entre os 5 os 14 anos era inferior a 50% (Carvalho, 1986), permite o prolongamento da escolaridade obrigatória para quatro anos (em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas) e depois para seis anos, em 1964 (Nóvoa, 1999). Esta fase vai coincidir com os primeiros anos do lançamento do JIP que beneficia destas medidas. Entre os anos 60 e abril de 1974, assiste-se a uma “crescente perda do controle exclusivo [do estado] sobre o mundo da educação” (Fernandes, 1996, pp. 2-4). Esse espaço vai ser ocupado por um “punhado de educadores e professores que se reclamavam de uma ideologia de progresso no plano educativo” (Fernandes, 1996, pp. 2-4) que, não só criam escolas fora deste controle apertado do estado como, entre si, se vão organizando em torno de associações profissionais como seja o Sindicato Nacional dos Professores (SNP), apenas para os do ensino particular e que, como se verá diante, vai ter uma influência enorme no nascimento do JIP.

Depois do 25 de abril de 1974 e decorrente da aplicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 outubro), a evolução vai ser profunda e célere quer no ensino pré-escolar quer no 1.º ciclo. Uma vez mais, tais mudanças vão atingir profundamente o JIP. De entre muitas outras modificações de fundo introduzidas, apenas se referem as formas e regimes de frequência e avaliação, a criação de medidas complementares que promovem o cumprimento da escolaridade obrigatória e que reconhece a existência da educação pré-escolar, da educação escolar e da educação extraescolar. Antes já havia sido feita a reestruturação do ensino artístico em 1983 a que se seguirá uma nova alteração e reforma curricular (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto), também para o ensino básico, a partir de 1989/90. Desde o início deste século até agora, inúmeras outras reformas ou simples alterações que aqui não se analisam, vieram introduzir diversas mudanças naquele que tem sido o projeto pedagógico do JIP.

Do ponto de vista de movimentos pedagógicos, seja antes, durante ou depois da ditadura, é o movimento da Escola Nova, a ideia de oposição a uma escola dita tradicional, que está subjacente à própria designação do JIP. Tal como a República havia mostrado, a sociedade burguesa tinha consciência de que necessitava de outra forma para a escola, para o lugar da criança nela, defendendo a escola e a cultura escolar como fontes de mudança social. A partir dos anos 50 e 60, alguns destes grupos de professores e educadores assumem-se como defensores de propostas educativas e pedagógicas organizadas e inovadoras (Pessoa, 1996; Gonzalez, 2003) seja pela divulgação, em surdina, entre grupos de educadoras de infância e do então designado ensino primário, seja pela divulgação, entre psicólogos e outros técnicos de educação, dos estudos sobre as crianças, dos métodos de projetos, dos centros de interesse, das lições de coisas, das técnicas Freinet.

A aplicação tateante de princípios pedagógicos diferentes dos do *Estado Novo* vai ser uma realidade em algumas escolas privadas, grupo no qual o JIP assume relevo. É com base numa forma incipiente de organização que se vão dar a conhecer em Portugal, a partir de meados dos anos 50, as técnicas inovadoras usadas em Vence por Célestin Freinet, que o SNP vai promover diversos tipos de formação, que os professores se organizam e fundam escolas como o Centro Infantil Helen Keller, o JIP, o Fernão Mendes Pinto ou que se lança o Movimento da Escola Moderna Portuguesa (MEM, 1966 até hoje).

2. Fundação e história

Fundado em Lisboa, por Lucinda Maria Atalaia Bicha (como diretora) e Maria Luísa Fragoso de Sousa Lobo (como coproprietária²), foi autorizado a receber crianças em regime de coeducação, com planos e programas próprios (Alvará n.º 1415), na Rua Frei Amador Arrais, n.º 4, no 1.º andar de um prédio de habitação ainda hoje existente, no bairro de S. Miguel, em Alvalade, então em início de urbanização.

Em 1958 transfere-se, até à atualidade, para a Rua Malpique, n.º 20 e 20A, ao Campo Grande (hoje Rua Dr. João Soares) com uma lotação de 80 crianças. O ensino primário teria duas secções (22 lugares para a masculina e 34 para a feminina). O ensino infantil era o único autorizado em coeducação. Numa época sem concorrência no sistema público oficial e, perante uma reduzida oferta no setor privado, foram criados alguns estabelecimentos, em Lisboa, por mulheres que a fundadora e diretora do JIP conhecia e com quem, em alguns casos, tinha relações pessoais de amizade. Nenhum deles se baseava, porém, nos mesmos princípios pedagógicos (Bento, 1962) ou ficava geograficamente perto do JIP.

2.1. Biografia de uma diretora – justificação de um projeto

A história desta escola inovadora exige uma biografia da sua carismática diretora, Lucinda Maria Atalaya Bicha (de Barros Queiroz), natural de Alcochete, nascida a 9 maio 1929 filha única de Filipe José Bicha, “vendedor por grosso de frutas” (Carta de Eugénia Bicha para Chefe Repartição de Finanças, 1971) e proprietário (Contrato de arrendamento JIP, 1965) e de Eugénia Vitória Atalaya, a quem não se conhece ocupação específica mas que se encarregava da escrita dos negócios do marido.

Na correspondência que escolheu deixar para o futuro há dois grupos muito especiais: um, de Luís M Lôbo, engenheiro civil, e outro de Vasco de Lima Couto, do Porto,

² Ministério da Educação Nacional, Inspeção Superior do Ensino Particular, Alvará n.º 1415. Um averbamento de 14 de março de 1958 autoriza a diretora a ficar como única proprietária, situação que se manterá até ao início do séc. XXI. No averbamento de 11 de setembro 2002, conforme despacho de 5 de agosto, homologa a passagem da Direção Pedagógica para Maria Manuela da Silva em substituição de Lucinda Maria Atalia Bicha de Barros Queiroz.

que lhe dedicará um dos seus livros (Carta de Vasco Lima Couto, 1949). Num total de 54 cartas, datadas entre julho 1947 e junho 1951, as deste último admirador dão conta do que era o quotidiano, os sonhos, afirmações e convicções de uma jovem de vinte e dois anos que frequentava então o curso de educadora e que iria mais tarde, aos vinte e seis anos, fundar o JIP.

Num rascunho de resposta não enviado, Lucinda Atalaia fará sobre si mesma uma afirmação que, quem a conheceu e com ela privou de perto, não deixará de considerar uma autoapreciação interessante:

Sou uma pessoa detestável (...) A outra faceta, a ironia da minha maneira de ser, quis-se revelar e eu não a reprimi (...). Supõe o que é o sentimento a exhibir-se e a ironia a rir, ou por outra, a sorrir com aquele sorriso detestável? É essa tal menina que está dentro de mim e que detesto com o eterno sorriso. (Carta de Lucinda Atalaia para Vasco de Lima Couto, 1947)

É através das cartas dele que a vemos descrita como uma pessoa, na maior parte das vezes, desiludida, triste, impetuosa, revoltada, amargurada (Carta de Vasco de Lima Couto para Lucinda Atalaia, 1947).

Depois de ter iniciado, no princípio dos anos 50, uma relação com Vasco de Barros Queiroz, casado (figura conhecida de advogado e aficionado crítico tauromáquico, cujo pai fora destacado republicano), Lucinda Atalaia casa, em 1969 (Carta de Lilly Levy para Lucinda Atalaia, 1959), só aos 40 anos, com aquele com quem, agora viúvo, viverá os 25 anos seguintes, até 1993. No Arquivo Lucinda Atalaia não existem quaisquer documentos relativos a esta e outras áreas da sua vida privada. Existe alguma correspondência trocada entre as duas filhas do marido e o pai e sabe-se que a relação dela com ambas, pouco mais novas do que a madrastra, foi sempre difícil. Fará dois testamentos: um em 1995 e outro já em 2007. Em ambos, o JIP que fora por ela adquirido em 2000, terá “como única herdeira a Fundação Lucinda Atalaia” (Relações de bens de Lucinda Maria Atalaia Bicha de Barros Queiroz, 2007). Em 2008, ver-se-á diabética. Aos 79 anos de idade morre, de cancro (Rolim, 2009), em 1 de fevereiro de 2009. O registo de condolências apresenta mais de 60 assinaturas, frases curtas, mensagens, muitas delas de crianças ainda a frequentar o JIP, de antigas empregadas, de professoras, de familiares e de amigos/as. A última assinatura neste livro é de Fernando Namorado Rosa, filho de Maria Lúcia Namorado, filho mais velho de uma das amigas de sempre. De frases ali deixadas (ou posteriormente enviadas) salienta-se a de Luiza Borges Medeiros, filha de Maria Amália Borges de Medeiros:

Quem parte deixando a “obra” e o trabalho que jamais se apagará, parte tranquila. O seu exemplo servirá a muitos e muitas que consigo aprenderam, como a minha filha, a Sofia Rosas, ou a minha mãe que a acompanhou nos anos idos do pós-guerra nas preocupações pedagógicas de toda uma geração durante o cinzentismo do Estado Novo. Até sempre. (Agência Funerária Gil, 2009)

O currículo de Lucinda Atalaia (1996) é deveras extenso. Nada se sabe sobre a forma como terá feito a escolaridade primária. Fez o Curso Complementar do Comércio

e o 3.º ciclo de Letras³. Em documento vídeo (Lucinda Atalaia. 50 anos JIP. 2005) outras informações se acrescentam, a saber: andara na Escola Comercial Rodrigues Sampaio até 1944 e na Escola Comercial Veiga Beirão em 1944-45; em 1948 fora a aluna 316 do Instituto Italiano em Lisboa.

Ao pensar num curso curto e adequado a uma rapariga da classe média baixa, as melhores hipóteses passavam por enfermagem, professora primária e educadora de infância. A revista *Os Nossos Filhos* (1942-1964), na qual Lucinda Atalaia começara a colaborar, desde 1948 que divulgava alguns dos cursos, em Lisboa, adequados a raparigas. É referido como de grande qualidade o de Professora do Ensino Infantil, que ela irá frequentar e realizar com “muito bom aproveitamento” (Diploma, 1949). No número de agosto de 1949 (Pessoa, 2006, p. 1181) a revista inclui uma reportagem com entrevistas a algumas das 49 alunas suas colegas e, embora identifique a maior parte, Lucinda Atalaia não é mencionada. Entre 1943 e 1955, ou seja, da data de criação daquele curso até à fundação do JIP, Lucinda Atalaia seria uma das 492 educadoras formadas e diplomadas⁴ nesta escola.



Fig. 2 | Lucinda Atalaia. 1949

(Fonte: Arquivo Lucinda Atalaia. Contentor 160)

Lucinda Atalaia que então, ainda assinava apenas Lucinda Bicha, vai fazer o estágio (6 out. 1949-10 jul.1950) nesta instituição⁵. O primeiro local de trabalho, se bem que por muito pouco tempo (7/10/49 a 31/12/49), apenas três meses, vai ser o Lar dos Pequeninos, em Lisboa, situado “no Campo Grande, 167, um jardim-infantil para

³ No registo biográfico de Lucinda Atalaia, no Arquivo do Jardim Escola João de Deus consta que ela tinha estas habilitações. A [Folha A4 da] DGEBS Ficha Individual do docente do Ensino Particular e Cooperativo) menciona como] Habilitação Académica Curso Complementar dos Liceus data 07/47 (Contentor 125, entrega para pedir a reforma aos 60 anos de idade e 36 de serviço [com data de] 15 outubro 1990 [assinado pela própria]).

⁴ O ano em que Lucinda Atalaia vai frequentar o curso – 1949 – terá sido o terceiro ano com mais finalistas – um total de 49 – entre aquelas duas datas (Carvalho, 1991. p. 26) e (Associação JE João de Deus, 1956, p. 33).

⁵ Agradece-se a Elsa Rodrigues de Arquivo João de Deus a colaboração e alguns dados fornecidos sobre Lucinda Atalaia naquela instituição.

ambos os sexos”, criado em 1950, por Aida Castelo Ferreira e Maria Ivone de Figueiredo Costa. Pretendia aplicar, um horário “das 10 às 4 horas, com métodos suíços por serem os que mais cativam e menos fatigam os cérebros em formação (...)”. As disciplinas são, para os mais velhinhos, iniciação à leitura, escrita e cálculo. Há também francês, inglês ou alemão, ginástica, ensino religioso (facultativo), desenho, trabalhos manuais, e «ballet» (ONF, mar. 1952). Entre janeiro de 1950 e até ao início do ano seguinte desconhece-se o que fez. Sabe-se que foi convidada por João de Deus Ramos para, a partir janeiro de 1951, exercer o cargo de professora regente no Jardim-Escola de Lisboa, no qual se manteve até 30 de setembro⁶ de 1954. Em 5 de abril 1951, quatro meses depois de ter começado a trabalhar nesta instituição, seria proposta como sócia do SNP.

Embora em maio de 1953 tivesse já obtido autorização para “o exercício de funções de diretora de estabelecimento de ensino primário particular (...)” (Autorização Inspeção Superior do Ensino Particular, 1958) só em 1955 irá criar o JIP. Sobre ele irão ser publicados dois anúncios em *ONF* (jun. e jul. de 1958), identificando Lucinda Atalaia como diretora, relembrando que mudara para as instalações que ainda hoje tem e menciona que se destina aos “Ensino Infantil e Primário para os dois sexos”.



Fig. 3 | Edifício do Jardim Infantil Pestalozzi

(Fonte: Arquivo particular da autora)

Entre 1946 e 1958 são dez as notícias sobre escolas infantis e primárias, particulares, sobre as quais são feitas reportagens ou anúncios na revista *ONF* (Pessoa, 2006, p. 1186-7). Muitas tomam a forma de entrevistas às diretoras e pretendem ser a resposta

⁶ Em 27 jul.1954 fizera um aditamento à declaração de aceitação de cargo de professora, referindo querer continuar a lecionar ou no Jardim-Escola João de Deus de Lisboa ou no de Alhadas. Uma semana depois, em 2 de Agosto, recebeu “o ofício n.º 229 enviado pela Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus informando-a de que fora transferida para o Jardim-Escola João de Deus (Tomar) onde será professora regente” (Rodrigues, 2017). Dois dias depois, a 4 de agosto, responde àquele ofício, “recusando a transferência e pedindo licença ilimitada sem vencimento”. Para o cargo dela, em Lisboa, já havia sido nomeada Maria de Lourdes Mendes Amaro Leitão (Contentor 125).

às mães que perguntam “que colégio me aconselha para pôr o meu pequenino?” (ONF, dez. 1951). Sobre o JIP, publicada em setembro de 1955⁷, a mais extensa de todas sobre este tipo de escolas, sai um texto ilustrado com fotografias de meninas que passam a ferro e lavam, num pequeno tanque. Informa-se que na direção estão

(...) professoras experientes, de esclarecida inteligência, cheias de entusiasmo e confiança, (...) interessadas nos problemas da Pedagogia e da psicologia infantil (...). Das 9.30 às 12 h as crianças estão, ocupadas com as atividades que de certo modo se dirigem mais ao raciocínio: lições de coisas, exercícios de contagem e cálculo por meio de construções com os dons de Fröebel e outros jogos sensoriais; iniciação na leitura e escrita, para os mais crescidos (...). Além destas atividades e ainda na parte da manhã, haverá jogos ao ar livre, jardinagem, canto coral, ensino da língua materna por meio de historietas e jogos, dança rítmica para as meninas, ginástica, etc. A partir das 14 e até às 16, 30 prevalece a atividade manual: dobragens, entrelaçamentos com fitas ou rafia, trabalhos de recorte, modelação, desenho, pintura, exercícios de vida prática. (ONF, set. 1955)

Como objetivos pretendem “conhecer melhor a criança e procurar demonstrar (...) as vantagens do ensino infantil e (...) contribuir para que a formação da criança se faça (...) no sentido de desenvolver todas as suas possibilidades, para se tornar mais tarde um Homem, digno, honesto, trabalhador, e justo sabendo amar e compreender o seu semelhante”. Também o consideram importante “depois dos 3 anos e quando houver problemas familiares como é o facto de a mãe estar empregada” [sic], defendendo a generalização desse “ensino às crianças de todas as classes sociais” (ONF, set. 1955). Realizar “periodicamente visitas a monumentos, museus, oficinas e fábricas, que esteja ao alcance da idade” (ONF, set. 1955) fazia parte do quotidiano pedagógico a implementar.

Entre 1956 e 1958, já diretora do JIP, mas identificada apenas como “professora do ensino infantil”, Lucinda Atalaia colabora também na revista, redigindo diversos artigos sobre diferentes temáticas, como sejam a cobertura da vinda a Portugal de Helen Keller (maio 1956) e, entre muitas outras, o ensino da dança “não só para as meninas mas também para os rapazes [porque] o bailado de modo nenhum se opõe e em nada diminui as qualidades másculas próprias do homem” (ONF, out. 1956) e desenvolve, em simultâneo, o corpo de forma harmoniosa e leva ao despertar para outras artes como a música, a escultura, a pintura. Em janeiro de 1955, publica (n.º 152-157 e 159-162), uma série de intervenções sobre «Lições de Coisas» para crianças dos 4-5 anos.

Na mesma revista haverá outras referências a temas de educação e a iniciativas inovadoras como sejam a entrevista a Maria Isabel Vieira Pereira sobre a sua estada em França, numa formação com Freinet⁸.

Desta colaboração muitas foram as amizades, pessoais, profissionais e até mesmo institucionais ou só conhecimentos de circunstância que ficaram. A amizade entre a diretora e Lucinda Atalaia vai permanecer ao longo da vida, assim como com Matilde

⁷ Noutra em 1958 (com fotografia de Lucinda Atalaia) é dada informação de que o Jardim-infantil fora visitado pelo Ministro da Suíça e pelo primeiro Secretário da mesma Embaixada (ONF, set. 1958).

⁸ Feita por Maria Lúcia Namorado, *ONF*, n.º 196, set. 1958.

Rosa Araújo, Maria Isabel Pereira, Lília da Fonseca, Belmira da Piedade Almeida, Maria da Luz de Deus Ramos de Carvalho, Maria Amália Borges de Medeiros, João dos Santos, Manuel Farmhouse, Alice Gomes, Irene Lisboa, António Emílio de Magalhães, (Pessoa, 2006. p. 1467) entre muitos e muitos outros.

A sua vida profissional desenrolou-se, além do Lar dos Pequeninos, no Jardim Escola João de Deus⁹ e no JIP, desde 7/04/55, até à data em que se aposentou (1 de março 1996), embora tenha continuado a trabalhar até 2002, como se depreende da carta que envia aos pais e encarregados de educação do JIP informando-os de que atingira “o limite de idade como docente” (Aos pais dos alunos, 2002).

Lucinda Atalaia vai ser uma figura importante na difusão e aplicação dos métodos de trabalho segundo os princípios da Educação Nova em Portugal pois que, no JIP ela irá defender aquilo que Candeias (1995, p. 32) sintetiza como sendo os cinco princípios chave deste movimento: ver a escola como um laboratório de pedagogia prática, defender o sistema de coeducação dos sexos, conceder especial atenção aos trabalhos manuais e aos métodos ativos e procurar desenvolver o espírito crítico e a autonomia dos educandos.

A amizade com Maria Isabel Pereira e com Rosalina Gomes de Almeida e muitas outras figuras de então, vistas como percussoras do movimento pedagógico que viria a dar origem à divulgação das técnicas Freinet e ao MEM, colocam-na também na origem desse movimento no país, em 1955/56. Não se convocam, neste momento, essas questões de forma mais aprofundada para este texto por já terem sido objeto de reflexão num outro sobre as origens do movimento em Portugal¹⁰.

Interessa porém referir que, em abril de 1966 (ano letivo 1966/67), Lucinda Atalaia fazia parte, como referi na introdução deste texto, do Grupo de Trabalho de Promoção Pedagógica (GTPP) do SNP, que deveria reunir, na sede do Sindicato, “29 educadoras infantis e professoras primárias (Relatório do Grupo de trabalho, 1968).

Em 12 de maio 1966 o Grupo criara três fórmulas diferentes de organização: (...) Núcleos de iniciação (...), Comissões Didáticas (...) e Reuniões gerais”. Na segunda, a cargo de Lucinda Atalaia, seria “onde se estudariam assuntos de Metodologia e elaboração de material autocorretivo e documental. Seriam criadas as de Aritmética e Língua que chamarão técnicos habilitados à resolução de problemas da especialidade” (Breve História da Formação do GTPP, 1968).

Já desde 1962 que, segundo Lucinda Atalaia, naquele grupo se notariam duas tendências: “uma linha muito seguidora de Freinet, mais ligada a Maria Isabel Vieira Pereira e a Rosalina Gomes de Almeida e outra, [na qual ela se incluía], menos ligada a rótulos e que não acreditava que os educadores pudessem seguir, na prática, de uma forma rigorosa, aquilo que outros inventaram” (Atalaia, 1999 cit. in Pessoa, 1999, p. 78).

⁹ No Jardim Escola João de Deus de 3/01/50 a 31/08/52 – As datas são diferentes consoante se consultam, no mesmo contentor, a [Folha A4 da] DGEBS Ficha Individual do docente do Ensino Particular e Cooperativo, com [data de] 15 outubro 1990 [assinado pela própria] (Contentor 125) e o Requerimento/nota biográfica (...) (s.d.) (Contentor 125).

¹⁰ Cf. Pessoa, 1999. p. 72 a 79 – Nele se apresentam e se interpretam factos que, ainda hoje, são objeto de discussão entre os protagonistas.

Essa divergência é pública e visível, em 1966, nos textos *Que devemos a Freinet?* (Seara Nova. Lisboa. N.º 1454 dez.1966. pp. 355-357) que, aquando do falecimento de Freinet, a revista solicita a Lucinda Atalaia, Sérgio Niza, Maria Isabel Pereira, Maria Amália Borges e Rosalina Gomes de Almeida:

(...) uma diferença qualitativa começava a desenhar-se entre os continuadores das práticas pedagógicas inspiradas em Freinet (...). Rosalina, Isabel Pereira, Sérgio Niza e Maria Amália Borges exprimem, cada qual a seu modo, o forte militan-tismo de quem viveu a proposta de Freinet como um todo indivisível; da parte de Lucinda Atalaia há uma certa distanciação relativamente à filosofia implícita no movimento freinetiano de que é preciso não cair num exclusivismo metodológico. (Fernandes cit. in Pessoa, 1999, p. 78)

Já no início de 1971, o grupo dispersava-se e não mais viria a reunir pois, em novembro do mesmo ano, seria criado um “grupo de estudo da Pedagogia Freinet – Língua materna e criação de material de apoio (...)” (Boletim I, junho 1974 [do MEM] cit. in Pessoa, 1999, p. 79), origem do Movimento da Escola Moderna Portuguesa, ainda hoje muito ativo.

Embora Rosalina Gomes de Almeida e muitas/os outras/os professoras/es tenham con-tinuado a colaborar com Lucinda Atalaia, ela passou a liderar um conjunto de professores e educadores que viria a constituir a CEFEP, Centro de Formação Educacional Perma-nente, designação atribuída por Rui Grácio (Lucinda, 1999 cit. in Pessoa, 1999, p. 79).

A frequência de conferências e outros eventos fazia parte do dia-a-dia da já então diretora do JIP. No arquivo existem inúmeros recortes de jornais (alguns mais organi-zados do que outros) sobre temas que lhe são caros, como coeducação, importância do ensino pré-escolar, fatores condicionantes do (in)sucesso escolar, oposição aos castigos corporais entre muitos outros temas.

Ao longo da vida foi sempre cultivando relações com outras mulheres e homens que conhecera e que se interessavam, como ela, pelas questões educativas. A ligação com Espanha vai-se desenvolvendo quer na relação com o JIP quer depois de 1971 na participação na CEFEP sendo que, com Marta Mata, se vai estender por muitos anos como se verá adiante.

Em julho de 1971 havia frequentado, em Paris, no *Institut Catholique* o Curso de Verão da *Université Pédagogique*. Ela fará alguns cursos seja na área dos audiovisuais¹¹ seja de atualização científica, noutras áreas de interesse, intervindo até, em 1996, no programa *Antes que seja tarde* de Carlos Pinto Coelho.

A participação como sócia de algumas cooperativas e organizações assim como assinante de diversas publicações é um traço da sua ligação a áreas como a Educação pela Arte (Carta de Alice Gomes, 1972), a Associação de Representantes de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) ou ao Instituto Irene Lisboa que apoia desde o início. Também será sócia e membro de alguns grupos de trabalho¹²: é sócia do Centro

¹¹ Carta do IMAVE, de 15 nov 1971 [para confirmar a inscrição dela] no curso de Drama Educativo, a realizar no IMAVE (Contentor 68. [Dossiê])

¹² É membro da Assembleia Geral do Instituto Irene Lisboa, em dezembro 1988 e do grupo de trabalho Divulgação de casos de relevância pedagógica realizados em Portugal, em tempos

Doutor João dos Santos, Casa da Praia, desde 1993, da revista *Pais* e sócia fundadora da Associação Agostinho da Silva, em 1995 (Atalaia, 2006); contribui com donativo para a Associação Portuguesa de Musicoterapia, criada por Fernanda Prim e apoiará, até 1979, a Liga Portuguesa de Deficientes Motores (Carta de Maria Guida de Freitas Faria. Contentor 68). Foi também sócia efetiva e, desde 1997, considerada associada de mérito¹³, da Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI).

Antes do 25 de abril de 1974 Lucinda Atalaia também se envolve em iniciativas que, no meio educativo, são deveras inovadoras, participando enquanto representante da CEFEPPE, com pagamento mensal específico, no Projeto *Modernização da Iniciação Matemática* (1972-1973) dirigido pela Fundação Calouste Gulbenkian. Resultante desta colaboração, sabe-se que em 1972 foi convidada “para dirigir o Jardim Infantil” da Fundação. Esta não vai ser, como se verá, a única vez que esteve quase a deixar a direção do JIP.

A intervenção direta de Lucinda Atalaia na política ativa não partidária¹⁴, a convite do 2.º Governo Provisório, com Vitorino Magalhães Godinho na pasta da Educação, vai dar-se em 1975, em quatro áreas diferentes, quando, em representação daquela cooperativa, colabora no estudo da formação de professores do ensino básico Carta de DGEB. 4 fev 1975)¹⁵, na elaboração dos Programas do Ensino Primário e da Comissão de Apreciação dos Livros e Cadernos Escolares para o Ensino Primário e como “orientadora do Curso de Inspetores para o Ensino Primário promovido pela Direção Geral Ensino Primário, em 1975/76” (Atalaia, 1998, pp. 16-17). Em 1997 volta a colaborar, também como representante da CEFEPPE, com a Diretora do Departamento de Educação Básica, Teresa Vasconcelos, emitindo parecer sobre as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e a Reflexão participada sobre os Currículos do Ensino Básico (Carta para diretora do DEB, 1996). Muitas vezes é convidada para iniciativas ligadas à literatura infantil, formação docente e ensino da língua seja através de textos sobre o tema seja em palestras, encontros e cursos.

Também desde finais dos anos 70 tinha vindo a participar em publicações nesta área. Estão neste grupo: *Linguagem oral e ortografia*¹⁶ (1978); uma publicação, no Brasil, por intermédio de Maria Isabel Pereira na revista de Pedagogia Freinet. Em 1985 publica o livro *Ler...ouvir...contar aos pais e filhos*, com dedicatória “às crianças que passaram

próximos; grupo sob responsabilidade de Ana Carita, com Elisete Alves, Lucinda Atalaia, Maria Eugénia, Élia de Almeida. (Contentor 16). Em 1990 era membro do Conselho Consultivo. Carta de Linhares de Castro de Lisboa, 26 set. 1990 (Contentor 25).

¹³ Por decisão da Assembleia Geral da APEI de 3 abril 1997, comunicado por Maria João Cardona a presidente, em 1 julho 1997 (Contentor 16 e 125).

¹⁴ De cariz partidário apenas existe um convite que lhe foi endereçado pelo Gabinete de Estudos do Partido Renovador Democrático (PRD). 4 junho 1986 (Contentor 25).

¹⁵ Para Lucinda Atalaia, Campo Pequeno, 50, com comunicação de que, por despacho ministerial de 21/5/75 fora designada para fazer parte da Comissão para o estudo da formação de professores do ensino básico. 1.ª Reunião em 6/2/75 na DGEB. Av. Berna 56, 5.º (Contentor 68).

¹⁶ Com Catilina Prudêncio, Dulce Rebelo, Conceição Costa, Maria do Carmo Lacerda Marques, Lucinda Atalaia, Lúcia Namorado, Maria Raquel Delgado Martins (Contentor 74)

pelo Jardim Infantil Pestalozzi e às do Centro Experimental da Cefepe [sic]¹⁷. Também em parceria, publica em 1986, outro texto sobre a oralidade e a escrita¹⁸; participa com Dulce Rebelo, em 8 de novembro, no Programa de apoio a projetos de investigação no país da FCG e frequenta, na Escola Superior de Educação de Lisboa (1989) e no Instituto Irene Lisboa (1992), módulos de formação sobre avaliação. Publica ainda alguns textos, na imprensa especializada e generalista, como sejam o artigo sobre Rui Grácio e a sua importância para a inovação e a Educação Nova e um outro, em 1992, no qual faz a biografia de Pestalozzi.

Na revista *Cadernos de Educação de Infância* publica, no ano seguinte, um artigo sobre o ensino aprendizagem da língua portuguesa. Os textos da abertura dos Encontros *Aprender, Aprendendo...* (num total de seis) ou foram publicados nos relatórios que deles fazia ou existem no Arquivo Lucinda Atalaia. O mais extenso sobre este assunto vai ser publicado na revista *Arvorada* de 1994. No 1.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Lisboa, em 1996, apresentou Lucinda Atalaia uma comunicação intitulada “Por uma prática pedagógica assente na autenticidade criativa e pela dignificação da atividade docente” (Livro resumos do 1.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1996).

Impressionante na biografia de Lucinda Atalaia é a quantidade de viagens distantes que fará, sobretudo depois de meados anos 90, quando fica viúva, na/da Europa à Patagónia, no natal ou no fim do ano letivo.

Em 15 de janeiro de 1998 foi condecorada, pelo então Presidente da República Jorge Sampaio, com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique (Rolim, 2009; *Jornal de todos do JIP*, jan-mar. 1998, 1 e 2).

2.2. Fundamentos de uma pedagogia (1955-2009)

Lucinda Atalaia vai construindo, ao longo da existência do JIP, um conjunto de referências que convoca como influências pedagógicas e métodos que ali aplica e desenvolve. Tendo sido sempre, como refere, uma pessoa mais intuitiva do que reflexiva, partirá das suas convicções e inquietações para a enunciação dessas fontes teóricas:

Eu sempre reagi muito ao método. As pessoas quando vêm aqui perguntam que métodos é que tem. Os pais diziam-me é Pestalozzi, é Montessori, é Fröebel, porque havia pais muito informados. Então eu tinha uma longa conversa e explicava. (...) Eu estava a dizer a história do método. Eu tinha que explicar às pessoas que eu não utilizava especificamente este ou aquele método. Aliás a ideia que eu tinha acerca de método era isto: um educador numa determinada altura envolve-se numa prática ou numa teoria, com determinadas características. A pessoa tomava

¹⁷ Publicado em Lisboa: Salamandra. [com capa de] Zulmira Oliva [e com texto introdutório, de abril 1985]: (Contentor 81 e 125)]. Contentor 15: Dossiê branco riscado).

¹⁸ Maria Raquel Delgado Martins, Dulce Rebelo, Lucinda Atalaia, Maria do Carmo Lacerda Marques, Conceição Costa – Transição da oralidade para a escrita em crianças de meios socioeconómicos diferentes. *Análise psicológica*. 1986. 1 (V) 121-140 (Contentor 67)

conhecimento daquelas práticas e daquelas teorias e interiorizava ou não interiorizava aquilo. Para mim, o professor tinha de ter a circular no sangue determinadas ideias. Eu insistia muito junto das pessoas que trabalhavam comigo que uma característica que considerava extremamente importante do educador era a sua autenticidade (...). O professor nunca podia desenvolver nas suas crianças uma prática que não fosse sentida (...). Isto significava que nunca nenhum professor era um intérprete fidelíssimo dum método, duma atividade pedagógica, criada por uma determinada pessoa. Aquilo só tinha sentido quando ele interiorizava (...). Nós desenvolvíamos atividades que são da Montessori, podem ser do Fröebel, podem ser do Decroly, podem ser do Freinet. Outro preconceito que deriva do meu sentir é que sou anti rótulo (...). Há princípios, “uma escola para a independência e para a responsabilidade” é o lema daqui da escola a partir dos anos 60. (Atalaia, 1998, pp. 16-17)

2.2.1. Referências pedagógicas: Johann Heinrich Pestalozzi, Célestin Freinet, Agostinho da Silva, Rui Grácio, João dos Santos e Maria Amália Borges

Muito antes de Lucinda Atalaia ter feito o curso de educadora (1949) já tinha conhecimento de inúmeros pedagogos, quer por leituras que fora fazendo quer por conhecer a revista *Os Nossos Filhos*. Nesta, no número dedicada à Suíça, Pestalozzi é mencionado como “a primeira grande figura de educador” e a escola suíça é descrita “sobretudo como uma escola de trabalho” na qual se promovia a cooperação de pais e professores e se igualava, em importância, trabalho e saber, se ensinavam línguas, se promoviam os trabalhos manuais assim como a correspondência escolar e as “observações diretas da natureza” (dez. 1943).

Por que razão vai Lucinda Atalaia criar uma escola e de onde veio a ligação ao pedagogo que havia de dar o nome que ainda tem o Jardim-Infantil? Ela própria responde:

O Jardim-escola João de Deus tinha uma característica [de que] eu gostava muito: recebia crianças de diversos estratos socioculturais e económicos. (...) Eu também dava aulas às alunas do curso de educadoras. Uma [Belmira da Piedade Almeida] tinha vindo de Goa, era indiana; [lembro-me de] elas estarem numa pastelaria ao pé do jardim-escola, eu (...) estava deprimida e elas disseram “(...) não pode alterar. A Lucinda tem é que fazer a sua escola”. E, de repente, (...) eu descomprimi (...). (Atalaia, 1998, p. 3)

Fui eu que escolhi o nome para a escola; gostava de fazer uma coisa diferente daquilo que se fazia nas escolas que eu conhecia; [foi uma escola mista] porque na vida os rapazes não vivem separados das raparigas; (...) fiz uma escola aos 25 anos porque admirava o pedagogo Pestalozzi [que] era um bom exemplo de homem e educador. (Texto Andreia e Filipa, 1989)

Outra referência pedagógica pouco convocada e, rara e abertamente assumida, é a de Freinet. Porém, ele está presente, desde cedo, na atividade de Lucinda Atalaia como educadora uma vez que ela estuda e aplica no JIP os princípios freinetianos. Ela refere-se a essa ligação dizendo que “em 59/60 a Clínica [de João dos Santos e Amália

Borges de Medeiros] e, em 1960/61, o JIP iniciaram técnicas de pedagogia ativa onde se inseriam algumas das técnicas Freinet” (Atalaia, 1998, p. 1). Compra, em francês, as obras dele para atualização pedagógica, participa em reuniões e integra grupos de trabalho que, como se viu, a familiarizam com estas técnicas que haviam sido esquecidas mas que, nos finais dos anos 50 e 60 voltam a suportar as propostas pedagógicas de grupos de professores. Ela usará a expressão livre, as experiências vividas pelas crianças e os problemas reais em projetos delas decorrentes como forma de desenvolvimento da autonomia, da intervenção cívica e do cumprimento dos diferentes conteúdos programáticos. Ela parte também da fala das crianças e do método natural para o desenvolvimento e estudo da língua e aprendizagem da leitura e da escrita. Com elas constrói ficheiros, aplica outros que adquire no quase inexistente mercado de materiais pedagógicos, trabalha no estudo do meio, fomenta a cooperação, a negociação e a comunicação entre pares. O professor medeia as aprendizagens e orienta interações grupais; as crianças participam na gestão da vida quotidiana da comunidade aprendente. Semanalmente reúne-se a assembleia que gere os mapas de presenças, os planos de atividades, os projetos e discute-se o Diário de Turma (organizado segundo as áreas *gosto, não gosto, fazemos, queremos fazer*). No *livro de vida* plasma-se o quotidiano das crianças na escola. À exceção de Pestalozzi, Lucinda Atalaia conheceu e trabalhara, sobretudo após os anos 80 do século passado, com todos os outros pedagogos que convoca como patronos do JIP.

Agostinho da Silva é, de todos os pedagogos que designa como patronos, aquele com quem mais de perto conviveu, trocou correspondência, sobre o qual guardou mais recortes de jornais (Silva, 1975), criando até um arquivador específico para nele guardar o que deste pedagogo foi reunindo ao longo da vida. Muito antes de o contactar pessoalmente já Lucinda Atalaia fora conquistada pela biografia que ele fizera de Pestalozzi (Silva, 1938). Conheceram-se através de encontro proporcionado por pais de antigos alunos, depois de ela o ter visto no programa televisivo *Zip-Zip*, só em 1969, catorze anos depois da fundação do JIP (Atalaia, 1991). Invoca a influência dele “na fase da criação da CEFEPÉ – na redação dos estatutos, no aluguer da sede da cooperativa e nos primeiros estágios e encontros da CEFEPÉ (Atalaia, 1991). Também fora ele quem convidara o prof. Joel Serrão, conotado com os meios de oposição à ditadura, para orientar aquele que seria o 1.º seminário daquela cooperativa (dez. 1971). Fora com ele que frequentara, nesse ano, os encontros de professores em Vigo e Saïfores (perto de Barcelona). Da iniciativa dela ou por ela apoiadas, serão realizados alguns encontros de homenagem a este pedagogo: uma, promovida através da CEFEPÉ, sob o tema genérico *Um roteiro para a mudança* (Atalaia, 2006); outra, uma conferência em 1996, aquando do 90.º aniversário daquele intelectual, em sessão promovida pela Associação Agostinho da Silva (Atalaia, 2006. Contentor 16). Com ele e com Matilde Rosa Araújo, em Cabriz (perto de Sintra), Lucinda Atalaia participara num projeto de alfabetização¹⁹ segundo o método Paulo Freire. Agostinho da Silva foi “à escola, conversar com os antigos alunos uma coisa que eles nunca esqueceram” (Atalaia, 1998,

¹⁹ Existem inúmeras cartas redigidas pelos formandos e a correspondência escolar trocada entre esses homens e mulheres e as crianças do Pestalozzi (Correspondência com Cabriz. Contentor 16).

p. 11). Esteve ali em dezembro de 1969, junho de 1971 e março de 1989, havendo registos fotográficos e escritos de todas elas.

Rui Grácio, outro dos patronos que Lucinda Atalaia elege como mentor do JIP, que com ela colabora antes de em 1963 ingressar na carreira de investigação científica na Fundação Calouste Gulbenkian, irá ser visto por ela como um exemplo da ligação que se deve criar entre investigação pedagógica e o trabalho docente. Por essa razão vai convidá-lo para, em cursos para formação de pais do JIP e na formação de professores e educadores na CEFEP, partilhar o que ele ia fazendo nestas áreas. A partir dele vai Lucinda Atalaia reforçar a defesa de uma escola ativa, numa sociedade aberta para contribuir para a formação de cidadãos autónomos, adaptáveis ao contexto de evolução diária da sociedade e criativos nas repostas a todos os desafios colocados (Fernandes, 2004, p. 347). O aluno deveria ser o centro de toda a preocupação e o interesse que o movia a condição na base de qualquer aprendizagem. Defendia um currículo coerente no qual fossem respeitadas todas as áreas incluindo as disciplinas “bastardas” como o canto, os jogos e os desportos e os trabalhos manuais, usando os mesmos métodos de descoberta e ativos que defendia para as outras áreas curriculares.

No que à formação docente respeita, defendia que o aperfeiçoamento deveria ir além da formação pedagógica, científica e didática incluindo uma área “humana e pessoal” (Fernandes, 2004, p. 352). Anos mais tarde, nas propostas de formação oferecidas na CEFEP estarão os “grupos de trabalho e grupos de formação”, funcionando em regime não diretivo o que era uma proposta inovadora na formação de professores até então realizada: ver o professor, em sala de aula, com os alunos, no papel de ajuda ou de orientação para viver e descobrir o sentido das atividades e da aprendizagem como um percurso – ir aprendendo – era um princípio inultrapassável.

Como se verá, a criação de uma (inédita e única) experiência pedagógica intitulada Centro Experimental de Ação Educativa (1983-1987), na CEFEP, foi a concretização dada por Lucinda Atalaia à valorização, por ele defendida, da investigação pedagógica como parte do trabalho dos professores, “feita em escolas ou classes experimentais” (Grácio, II, p. 133 in Fernandes, 2004, p. 355). Outro exemplo deste binómio investigação/aplicação será a criação, também na CEFEP, do grupo de trabalho de formação de professores em Estudo do Meio, dirigida por Joel Serrão.

Rui Grácio, defendendo a urgência de uma reforma educativa em Portugal, vai intervir ativamente na conceção das propostas de reforma iniciada por Veiga Simão, no início dos anos 70. Lucinda Atalaia irá promover e participar também em discussões sobre essas propostas, redigindo e apresentando uma série de comentários e alterações tendentes a melhorar as que ali se faziam. Como ele, ela defendia que a formação de professores deveria assumir um carácter interativo e que a formação docente, para ser útil, deveria ser “marcada pela autonomia intelectual e moral, pela cooperação solidária no pensamento e na ação e por uma cultura escolar impregnada de modernidade e autenticidade [para] proporcionar aos alunos uma formação portadora desses mesmos valores”. (Fernandes, 2004, p. 366). Lucinda Atalaia reconhecia Rui Grácio como

um valioso incentivo na minha atividade profissional ao longo de muitos anos e sob diversas formas – quer a nível individual quer em reuniões de pais e de educadores no JIP ou na CEFEP, cuja designação final se ficou devendo a uma

sugestão sua – Centro de Formação Educacional Permanente. (Atalaia, 1991, pp. 8-9)

Embora tenha querido, sem nunca o alcançar, criar uma empatia especial com aquele pedagogo (não conseguiu que se fizesse sócio da CEFEPÉ), ela convoca-o como uma das mais importantes influências na génese da cooperativa, como suporte teórico “às suas atividades formativas: estágios, seminários, encontros, conferências, nos anos 1971/1972” (Atalaia, 1998, p. 2).

A João dos Santos, outra figura que elege como tutelar do JIP, irá buscar muitos dos princípios justificativos da sua atitude contra os castigos corporais, lê a maior parte da obra que tem também na sua biblioteca pessoal, copia e guarda citações, referências, publicação de livros, entrevistas, artigos de opinião e conferências. Um dos encontros *Aprender, Aprendendo...* realizado pela CEFEPÉ, na FCG, em 21 março 1989, é-lhe exclusivamente dedicado.

Maria Amália (Harberts) Borges [de Medeiros Gutierrez] assinando Amália Borges²⁰ que, entre out. 1949 e dez. 1950, interrompera a sua vida docente por motivos políticos, “fora membro do CNMP, e do MUD em 1945 e tinha desde a juventude atividade política intensa” (Fernandes, 2004, p. 327), é a pedagoga que Lucinda Atalaia conhecera muito antes de fundar o JIP. Também ela escrevera na revista *ONF* (entre 1946-1956). A participação desta pedagoga na Secção Psicopedagógica do Colégio Moderno, sob orientação de João dos Santos (*ONF*, dez. 1953), o trabalho na Liga dos Deficientes Motores e na Clínica de Recuperação de Amblíopes, todas divulgadas em anúncios específicos ou reportagem na mesma revista (1953-1957), eram referências a que se aliava algum convívio pessoal.

No JIP e na CEFEPÉ Lucinda Atalaia irá criar um serviço que fará a orientação escolar das crianças assim como a aplicação e testes de inteligência e de personalidade, entrevistas individuais com os alunos, pais e professores, organização de reuniões entre pais e professores, para identificar problemas de adaptação das crianças à escola e vice-versa. A esta pedagoga vai Lucinda Atalaia buscar a influência do meio vista como um fator decisivo e marcante da educação e do percurso de cada criança rumo ao (in)sucesso (Fernandes, 2004, p. 325). A questão da diferenciação individual tinha de ser tida em conta, não devendo “nivelar mas antes tentar desenvolver em cada criança as suas capacidades nativas” (Borges, cit. in Fernandes, 2004, p. 326).

Maria Amália Borges defendia a importância dos recreios, a necessidade de intercalar aulas de atividades escolares com atividades livres como a modelação, a pintura, o desenho, a música. As atividades de expressões deveriam permitir a livre expressão das crianças e acabar com a cópia de modelos normalmente impostos ou feitos pelos professores. As visitas e os passeios deveriam fazer parte do quotidiano como contacto das crianças com o meio físico e social. Em 1958, Maria Isabel Vieira tomara conhecimento das técnicas Freinet e delas dera conhecimento a Maria Amália Borges que irá utilizar, dois anos depois, a imprensa, o “livro de vida” e vai criar de uma cooperativa escolar (Fernandes, 2004, p. 328). Coerente com os seus princípios políticos, Maria

²⁰ Maria Amália Harberts Borges, por casamento Medeiros Gutierrez, era 10 anos mais velha que Lucinda Atalaia. Morreu, em Lisboa, em 1971, no ano da fundação da CEFEPÉ.

Amália Borges vai defender as assembleias de crianças, critica a escola tradicional por ser apenas para uma elite, não permitindo a liberdade de expressão mas apenas a reprodução dos valores e do enciclopedismo contrários à criação de uma escola para todos (Fernandes, 2004, p. 331). No 2.º Encontro *Aprender, Aprendendo...* (11-13 nov. 1991) esta pedagoga será homenageada e a ligação pessoal, como já foi referido, em correspondência mais ou menos privada ou profissional, nunca se perdeu uma vez que, muitos anos mais tarde, a neta de Maria Amália Medeiros irá frequentar o JIP e será, anos depois, educadora de infância na mesma escola.

Se bem que não sejam convocados como patronos pedagógicos do JIP, há ainda dois outros pedagogos de quem Lucinda Atalaia se considera discípula: Irene Lisboa e Delfim Santos por defenderem que a função da escola deveria ser a do “desenvolvimento real dos educandos e não apenas do ensino” (Lisboa, cit. in Fernandes, 1991, p. 28), um “centro social infantil” sem exploração “da memória infantil acima de tudo, se tem medo e oculto dos exames” (Fernandes, 1991, p. 28). Outros pontos de ligação entre as duas educadoras era a aversão aos “estúpidos trabalhos forçados (chamados escolares)” (Fernandes, 1991, p. 29) e a defesa de “uma pedagogia centrada no interesse natural da criança”. Irene Lisboa recomendava “flexibilidade em lugar da rigidez e uniformidade imperantes, o reconhecimento das variações pessoais dos pequenos educandos como realidades a aceitar e mais do que isso a respeitar (...), defendia também a expressão escrita livre” (Fernandes, 1991, p. 30) e elegia “os interesses naturais da criança como base pedagógica da aprendizagem (Lisboa, cit. in Fernandes, 1991, p. 29).

Quanto a Delfim Santos, Lucinda Atalaia tivera conhecimento da sua obra *Fundamentação existencial da Pedagogia*. Ali havia uma reflexão sobre a obra de Pestalozzi e a importância da escola enquanto lugar aprendente e não ensinante, tendo como fim único o despertar o interesse e o gosto por aprender, apoiando a espontaneidade, as perguntas e a vontade de saber como formas de construir o conhecimento. São dos textos deste pedagogo a maioria das citações que Lucinda Atalaia usa no JIP e nas comemorações de Pestalozzi.

3. Práticas de formação: o Centro de Formação Educacional Permanente (CEFEPE) – (1971-2001)

Desde cedo que, na sua atividade, Lucinda Atalaia defendeu a necessidade de uma formação de pais e professores, sólida, contínua (ou permanente como então se dizia) que refletisse sobre as dificuldades reais para, entre pares, investigar, refletir e agir. Nesse sentido ela irá ser a impulsionadora de uma cooperativa – Centro de Formação Educacional Permanente CEFEPE – (1971-2001), designação atribuída por Rui Grácio (Atalaia, cit. in Pessoa, 1999, p. 79), uma inovadora forma de fazer formação e investigação em educação, desde o início em ligação íntima com o trabalho do/no JIP. Foi a partir desta “instituição não estatal” que Lucinda Atalaia, como pedagoga citada entre as importantes referências teóricas daquela escola, também interveio “na definição, no encaminhamento, na concretização das reformas educativas”. (Fernandes, 1996, p. 1)

Em 1970, mesmo sem ter exemplo algum de como tal poderia ser concretizado, ela criou uma associação de pais no JIP (Carta de Lucinda Atalaia para Maria Aldejice, 1970), que funcionava como cooperativa de formação para pais e professores, aberta ainda a outros profissionais e instituições.

A CEFEPÉ será, do início ao fim da sua existência, um centro de formação contínua embora, a princípio, muitos ainda a tenham confundido com uma intervenção de tipo sindical porque algumas reuniões e sessões de formação foram realizadas no Sindicato dos Professores nas “instalações tanto na Rua do Salitre como na Rua Filipe da Mata” (Fernandes, 1996, p. 2). Lucinda Atalaia sugere a Rui Grácio que, no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, ele criasse um espaço de formação de professores. Por diversas razões tal não será viável. Vai ser ela, com poucos apoios, a concretizar a CEFEPÉ, em 1971, “precisamente no período mais agudo da discussão dos projetos da reforma educativa de Veiga Simão” (Fernandes, 1996, p. 2). Vai funcionar, provisoriamente, no JIP passando, já depois de 1972, para aquela que seria a sua sede até ao final: um andar no Campo Pequeno, n.º 50, 1.º, em Lisboa.



Fig. 4 | Sede da cooperativa CEFEPÉ

(Fonte: Arquivo Lucinda Atalaia. Fotografias. Contentor 124)

Houve três razões essenciais que justificaram a criação da associação:

A afirmação da necessidade urgente da renovação pedagógica na generalidade da escola pública portuguesa ou na escola privada. Necessidade de renovação pedagógica da prática pedagógica e não apenas do discurso pedagógico (...) fundamentada no conhecimento científico e no respeito pela criança [através] de uma pedagogia centrada na expressão, na comunicação e nas aprendizagens significativas. (Fernandes, 1996, p. 2)

Com uma estrutura simples, tinha apenas dois órgãos de gestão: o conselho de direção e o conselho técnico, responsável pela consecução das três finalidades enunciadas. Dos sonhos da CEFEPÉ dois houve que não se concretizaram: a “criação de uma escola de formação de educadores de infância” e a do “projeto de um centro de atividades de acompanhamento de alunos do Ciclo Preparatório que eram ex-alunos do Pestalozzi”.

Este seria, mais tarde, substituído por atividades de acompanhamento e de expressão dos alunos” (Fernandes, 1996, p. 6).

A cooperativa, uma das razões que fundamentaram a atribuição da condecoração que, em 1998, a pedagoga recebeu do estado português, viveu da quotização dos sócios, sempre em número inferior aos necessários para suportar todas as atividades previstas (Carta de Lucinda Atalaia para António Sérgio, 1993) e dos apoios da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta contribuiu com milhares de escudos quer para iniciativas breves, projetos de mais longa realização, vinda de especialistas estrangeiros, seminários quer através da cedência de salas para eventos breves. Outras entidades como a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Educação (em diversos dos seus departamentos, como o Instituto de Inovação Educacional (set. 1994) e donativos individuais permitiram a formação ali realizada.

Três foram também as áreas a que se dedicou: a formação de professores e de educadores (estágios, seminários, encontros, colóquios), a investigação e divulgação para o exterior (nas áreas da língua, computadores, com a criação da uma experiência educativa – 1983/87 – para crianças de meios desfavorecidos, participação em cursos, colóquios, conferências, congressos) e a promoção de atividades culturais diversas intituladas Ciclos de Cultura Viva (CEFEPE, 1993).

Do início ao encerramento, em 2001, o papel de Lucinda Atalaia será reconhecido por todas as pessoas que com ela trabalharam, de Rosalina Gomes de Almeida a Ana Maria Benavente, a Graça Fernandes e muitas e muitas outras figuras da área da educação. Aqui promoveu diversos projetos de investigação dos quais apenas se referem o da Linguagem oral e ortografia (1973-1978), o Acesso à Língua Escrita (1988/89 e 1990/91), o Projeto Oficina do Ler (1997/98-1999/2000) assim como o “Centro Experimental de Ação Educativa – experiência ao nível da escola primária com crianças de meio em desvantagem, realizada entre 1983-87, com apoio Ministério da Educação” (Atalaia, 2000). O último, designado, em 1983, Projeto “Sucesso escolar – experiência da Comunicação”, foi uma experiência pedagógica no ensino primário, “possibilitando a 20 crianças de meio desfavorecido a frequência dos 4 anos de escolaridade no espaço da própria CEFEPE, em Lisboa, de 1983 a 1987” (CEFEPE, 1983).

Este projeto inovador, desde o início apresentado como uma investigação educativa, funcionado nas instalações da cooperativa, teve como principal e mais importante finalidade ser uma intervenção sobre o insucesso escolar, tentando contrariar a fatalidade de crianças de grupos sociais desfavorecidos serem sempre as vítimas desse flagelo. Onze dessas crianças viviam em barracas, havendo sete negras, uma de Macau e uma de etnia cigana, completamente fora do meio no qual Lucinda Atalaia se movia (e sempre se movera) dentro e fora do JIP.

As crianças da escola da CEFEPE trabalharam sempre sob a supervisão pessoal de Lucinda Atalaia. O trabalho pedagógico era feito tal como no JIP, seguindo-se os mesmos métodos e usando-se os mesmos meios. Toda a experiência e a aprendizagem da leitura e da escrita esteve neste grupo ou a cargo dela ou foi por ela supervisionada. Tinha a convicção profunda, corroborada por muita investigação, de que o domínio dos códigos de leitura e escrita seria um dos fatores de superação da condição social de base e o seu não domínio criava condições de perpetuação do estatuto de inferioridade social e de promoção do insucesso escolar.



Fig. 5 | Grupo de crianças do Centro experimental de Ação Educativa da CEFEPÉ

(Fonte: Arquivo Lucinda. Contentor 59)

Estas crianças vão ter correspondência escolar com as do JIP, vão-se visitar, usar o jornal de parede (3 jun 1987) realizar diversas visitas e passeios e vão à praia (jun. 1986), tal como acontecia com as crianças da escola, frequentada pelas crianças de meio socialmente favorecido, que era o do JIP.

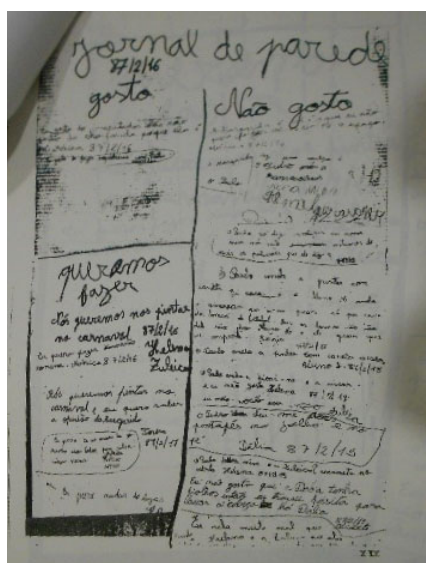


Fig. 6 | Jornal Parede das crianças do Centro Experimental de Ação Educativa CEFEPÉ

(Fonte: Arquivo Lucinda Atalaia. Contentor 55)

Lucinda Atalaia queria provar que, desde que bem orientadas, crianças oriundas de meios socioeconómicos desfavorecidos seriam capazes de atingir os mesmos níveis de sucesso que aquelas que vinham de meios socioeconómicos favorecidos. Experiência desafiante a diversos níveis, não é este o espaço possível para o seu estudo aprofundado. Esta *militância* vai estar subjacente a outras experiências, mais pontuais, que Lucinda Atalaia dirigiu na CEFEP (entre outras, o projeto Oficina do Ler (1997-2000), que teve como intervenientes crianças de escolas públicas do Bairro da Horta Nova e da Musgueira Sul (Relatório, 1997).

4. Materialidades e forma escolar ativa do JIP

Vários são os meios e instrumentos pedagógicos usados no JIP, desde 1955 até hoje. Neste texto a ênfase recai principalmente sobre um deles – o jornal escolar – o qual reflete muitas das práticas inovadoras da escola. É um instrumento de expressão e comunicação sem limites que usa os textos livres, os poemas, os desenhos das crianças como estímulo para que todos escrevam, leiam, comuniquem e trabalhem cooperativamente. Ao mesmo tempo que informa, valoriza as experiências de cada um e do grupo, reflete as preocupações, inseguranças, alegrias e tristezas, trazendo para a aula os problemas do quotidiano que podem ser objeto de crítica e de desenvolvimento de princípios morais e éticos ou de juízos de valor. Esta técnica freinetiana desenvolve também a responsabilização grupal e individual pois todos têm de contribuir para que cada número seja um esforço de um coletivo que, sempre de forma cooperativa, se responsabiliza pela produção, dos conteúdos ao aspeto e formas de divulgação final.

O projeto educativo, caracterizado por um certo hibridismo, tem nos instrumentos freinetianos um dos seus alicerces. O jornal escolar faz(ia) parte da experiência de *self-government* dos alunos e era/é vista, numa “escola ativa” como meio e estratégia de reforço de uma certa identidade institucional, até hoje nunca abandonado nesta escola. Tem sempre um conjunto quase fixo de rubricas e artigos sobre a vida escolar e aspetos do quotidiano que muitas vezes são importantíssimos para quem, hoje, neles pretende ter acesso a dados que outras fontes não permitem detetar.

No Arquivo Lucinda Atalaia não existe uma coleção completa nem organizada de todos os números que, ao longo de décadas, foram sendo publicados. Os mais antigos datam de novembro de 1961 a 1969. O primeiro, intitulado *Diário escolar* tem, como será sempre habitual, crianças como diretor (Frederico Jorge Carvalho), chefe de redação (Fernanda M da Câmara) e subchefe de redação (António José M Fernandes). Algumas notícias são a única fonte de que se dispõe para obter dados da história do JIP. Está neste caso a informação sobre a visita que, em novembro de 1961, Lucinda Atalaia fizera ao embaixador da Suíça na Áustria, então em Lisboa, e de que teriam recebido “5.000\$00 e pensava com essa quantia comprar instrumentos para uma orquestra como há muito desejávamos” (*Diário escolar*, n.º 7, 1961, pp. 1-2). Outros temas neles abordados são o assalto S Maria, a guerra colonial em Angola e Índia, (*Diário escolar*, n.º 8, 1961), uma notícia sobre o início de funcionamento da biblioteca em 25 de nov. 1966, de cuja direção faziam parte a “diretora e os encarregados da direção e o presidente, o

vice-presidente, o tesoureiro e o secretário (...) eleitos de três em três meses” (*Diário escolar*, n.º 19, 1966), ou ainda “o relatório da visita de estudo que fizeram aos estaleiros da Lisnave” (*Diário escolar*, n.º 24, 1967/68). A biblioteca vai ser usada pelas crianças durante as aulas. Em 1971, as regras serão restringidas (Aviso, 3 dezembro 1973) mas ainda hoje é um local de trabalho, bem apetrechado e com ligação às aulas.

Na maior parte dos casos, são as notícias sobre atividades da escola (projetos em curso, passeios, visitas de personalidades, festas anuais, colaboração com pais e educadores) as que sobressaem. Em alguns títulos e números há notícias, desenhos, anedotas, adivinhas, textos, jogos e a identificação dos nomes de todas as crianças participantes (*Tic-Tac Jardim Infantil Pestalozzi*, janeiro 1987) enquanto noutros (*Jornal do Pestalozzi*, janeiro 1986) apenas se referem as crianças de cada ano que participam na seleção e montagem de textos. Todos os jornais são vendidos e, com o dinheiro angariado, “a escola comprou uma aparelhagem de som” (*Jornal de todos*, Outubro-dezembro 1999) e “cinco rádio leitores de CD” (*Jornal de todos*, Dezembro 2003).

O quotidiano da escola passa nos jornais seja pela indicação de que um cão fora dado às crianças e ali permanecera durante 45 dias (*Jornal do Pestalozzi*, junho 1988) seja pela notícia de “uma lagartixa na sala da pré” (*Jornal de todos*, abril 2001) ou, no natal, quando” na sala 5 e 6 anos há dois meninos judeus, [que] vão fazer o Hanucá” (*Jornal de todos*, dezembro 2005).

O jornal mais extenso é o de junho 2005, publicado quando se assinalaram os 50 anos da instituição. É a descrição da festa feita pelo 1.º ano, em 1 de junho,

com oficinas de teatro, jogos, digitinta, colagem, barro, construções de livros, danças de roda e gincana. À tarde meninos reuniram-se numa grande roda, no ginásio, a dizer poesias, lengalengas e a cantar canções (...). Depois chegaram os pais e cantámos umas canções e fomos muito aplaudidos. Antes do lanche descerrámos os azulejos que ficaram muito bem na parede do ginásio. Cantamos os parabéns à nossa escola e comemos uma fatia de bolo (...). Quem escreveu: Afonso, Francisca, Joana, Francisco Oliveira. [desenho de ilustração de] Joana. (p. 15)

5. Pais, alunos/as e corpo docente

Entre 1967 e 1999 frequentaram o JIP mais de 700 crianças (Fichas de alunos do JIP, 1967-1999) entre o jardim infantil e a escola primária. Dos primeiros anos não existe uma listagem desses nomes. Da leitura de algumas inscrições percebe-se, como sublinha a diretora, que a escola desde sempre, “cria realmente um público muito especial. É um público de uma camada intelectual. Era um público que estava contra a situação” (Atalaia, 1998). Ilustrando esta afirmação vejam-se os exemplos de *A minha ida a Peniche*²¹, de Maria da Luz Sequeira Varela, filha de Varela Gomes (5 novembro 1966) assim como os textos de Pedro Alves Martins Rodrigues, intitulados *O dia mais*

²¹ No qual descreve como os guardas retiraram aos irmãos as pistolas de água, com as quais eles brincaram, enquanto esperaram pela hora da visita.

feliz da minha vida (26 janeiro 1967) e uma cópia sobre *O meu dia de anos*²² (4 de maio de 1967).

Muitos outros filhos/as de pessoas ligadas à oposição podem também ser detetados quando se consultam as listas de alunos ali matriculados ao longo dos anos. Vejam-se Vanda Gorjão, filha de Maria Helena Neves e Joaquim Gorjão Duarte, Pedro Nuno Azancot, filho de Jaime Azancot e de Maria do Carmo Amaral Ferreira Azancot entre muitos e muitos exemplos possíveis. Os/as alunos/as desta escola são/foram sempre de classe média e média-alta. De início, os primeiros vieram por conhecimento pessoal da diretora e dos anúncios colocados na revista *ONF* e de alguns conhecimentos que Lucinda Atalaia também ali fizera.

Hoje muitos/as dessas crianças são políticos conhecidos (Sérgio Sousa Pinto), artistas (Pedro Proença), médicos/as (em número elevado), atores (Miguel Seabra), economistas (Martin Avillez), cineastas (Marcos Martins), entre muitos/as. Se bem que aqui seja marginal e que vá ser objeto de outro texto, já as crianças que frequentaram a escola da CEFEP (1983-1987) terão um percurso pessoal, académico e profissional bem diverso destas.

No ano de 1958, outubro é o mês em que mais anúncios publicados em jornais diários (*Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *D Notícias* e *Diário da Manhã*) e diversos cartões distribuídos em táxis.

Na pré-primária faziam-se jogos de leitura, a 4.^a classe fazia textos sobre problemas do quotidiano como o dum mau comportamento no ginásio, em 12 de fevereiro 1973, que levou Lucinda Atalaia a aproveitar para refletir sobre “responsabilidade individual e coletiva” assim como necessidade de definir e cumprir regras (4.^a classe, 1973, p. 1). Em 1973 havia já correspondência escolar entre as crianças do JIP e as da professora Cândida Lucas dos Santos Leão, de Castelo Branco, da 5.^a classe²³.

Uma das mais fortes apostas do JIP foi/é na área das Expressões. Desde o desenho livre ao teatro, às oficinas, à música, carpintaria, têxteis, cinema e televisão todas elas foram/são valorizadas. A preocupação com os efeitos negativos que o cinema e a televisão podiam ter nas crianças vai ao ponto de ter sido feita formação para os pais e professores para saberem lidar com as referidas situações. As primeiras manifestações dessa preocupação são visíveis quando, em dezembro de 1968, Lucinda Atalaia decide iniciar um abaixo-assinado, disponível em diversos locais²⁴, em estreita colaboração com os pais; em 1969, segue-se o envio de uma “Carta Aberta à Rádio Televisão Portuguesa” para “pedir (...) novos moldes na elaboração dos programas dedicados à infância e juventude”. Nos anos 90 do século passado, iniciativa semelhante foi protagonizada contra o programa *minichu-*

²² No primeiro afirma que esse dia será aquele em que a mãe sair da cadeia e o segundo descreve a ida a Caxias, no dia do aniversário dele, para visitar a mãe.

²³ “São um total de 20 alunos, sendo 11 do sexo masculino e 9 do feminino”. Carta [Em envelope para] Centro de Formação Educacional Permanente [enviado por] Maria Cândida Lucas dos Santos Leão, de Castelo Branco. 18 fevereiro 1973. Contentor 73.

²⁴ Estiveram disponíveis nas Livrarias Espaço, Sá da Costa, Bertrand (sede e sucursais), A Concorrente, Morais, Quadrante, Galeria 111, Divulgação, Bucholz, Portugal, Escolar Editora e no Porto, Árvore a Leitura”. A Colaboração dos pais e educadores nos programas juvenis da Radiotelevisão. Diário de Notícias, 12/4/69 (Contentor 71).

va de estrelas da SIC (Carta de S. Macedo para Lucinda Atalaia, 1994). O mais extenso programa foi, contudo, o *Cinema para crianças*, integrado no Ciclo Cultura Viva que, entre 1990-1996 se desenrolou com o apoio da CDEFEP e da Cinemateca. Teve uma extensão pouco conhecida e incluiu, mais uma vez, crianças do JIP e de muitas outras escolas, oficiais e particulares, de meios desfavorecidos e favorecidos que, naqueles anos, viram cinema até então nunca dessa forma organizado.



Fig. 7 | Cinema para crianças.

(Fonte: Arquivo Lucinda Atalaia. Contentor 73)

Em 1971 havia no JIP um total de 154 crianças, 77% das quais almoçava na escola e 73% usava os transportes disponibilizados. Havia 96 crianças, em grupos de irmãos, que tinham descontos de 5 e 10%, terminados nesse ano. As mensalidades sempre foram, como ainda hoje, assaz elevadas.

Os horários tiveram sempre subjacente a ideia de que a escola não deveria absorver todo o dia da criança para que a família se ocupasse dela. Por isso, as atividades sempre começaram às 9h30 até 16h30. No pós-25 de abril o problema da conciliação do trabalho dos pais com os horários da escola determinou a criação do prolongamento mas sempre com enormes reticências perante aquele inquestionável princípio fundador da escola. Consequência da pressão dos pais, foram-se criando dois períodos identificados como tal: o da manhã, entre as 8h-9h e o da tarde, entre as 17h-18h30 com encerramento impreterível a esta última hora. Dos horários faziam parte atividades em junho e julho e do currículo fizeram parte atividades diversas, umas dentro do horário letivo e outras em horário não-letivo²⁵. Estas, sempre cobradas à

²⁵ Nas primeiras estão Inglês e as diversas oficinas oferecidas, estas funcionando em horário simul-

parte, foram variando muito ao longo dos anos (flauta, defesa pessoal, natação...) (Circular Aos pais. 1993).

Se uma das novidades nos anos 50 era a não utilização de bibes iguais, tal situação sempre se manteve embora o seu uso fosse requerido para as atividades manuais.

Uma disposição que nunca se alterou (e que ainda hoje vigora, mesmo não tendo publicação em lado algum) foi a da proibição de frequência da escola pelos filhos dos/das professores e educadores (Lobo, 2018). Dado que se queria que a escola fosse um local com um ambiente familiar, essa situação não se poderia garantir se pais e mães tivessem de dar atenção aos filhos/as em vez de ver em cada criança apenas uma criança/aluno/a.

Desde a fundação até hoje, trabalhar de perto com as famílias foi sempre uma das apostas no JIP. Da primeira Comissão de Pais, de 11 março 1963, formada para “organização de futuras reuniões” fazem parte 3 mães e 4 pais. Inúmeros são os exemplos de atas de reuniões com pais, seja para os informar das apreciações finais de cada ano letivo seja para com eles/as debater temas pedagógicos considerados relevantes.

Tal colaboração já tinha visto resultados concretos: decorrente de iniciativa promovida por alguns pais, a escola fora dotada de um ginásio, em 1962 (é o mesmo que ainda hoje existe). Em novembro de 1968 a diretora contacta os pais e Encarregados de Educação para criação de uma nova comissão de pais, cujo projeto fora elaborado pela diretora da escola e por Rui Grácio e que, nesta missiva, era posto à consideração de cada um deles. Pretendia que os pais se reunissem, quinzenalmente, em grupos de 14/16 participantes para discutirem questões educativas, especialmente a orientação dos filhos em diversas áreas, do apoio à escola aos problemas e psicologia infantil e juvenil. Tais encontros, com uma contribuição de 150 escudos para frequência de um grupo de dez sessões, ao longo de cinco meses, decorreriam em horário pós-laboral, das 21h30 às 23h e seriam animadas por aquele educador. Foi desta forma que se empreendeu a organização de um Círculo de pais²⁶ (1968), para discussão de questões educativas e os Estágios para Pais, para formação pedagógica destes últimos (28-30 março 1968).

Dois tempos são muito especiais nas relações entre o JIP, Lucinda Atalaia e os pais: os do início da atividade da escola e o período do 25 de abril 1974. Este último, só por si, merece um artigo específico, a realizar em contexto futuro. Brevemente refira-se que é a intervenção de um grupo de pais que vai conseguir equilibrar a difícil situação laboral em que o JIP se verá. Em 26 fevereiro 1976, foi criado um Conselho de Pais, eleito por Encarregados de Educação, reunidos em assembleias de classe.

Teve um papel primordial para que o JIP ultrapassasse diversos problemas laborais então desencadeados e que puseram a viabilidade da escola em risco. Neste período o JIP esteve à beira de ficar sem a sua diretora e proprietária porque Lucinda Atalaia,

tâneo para todas as crianças para diversificar atividades e frequência; as segundas foram variando ao longo do tempo. Ex: em 2005/2006 integraram este grupo: viola – Frenando Afonso; piano – a confirmar; ginástica desportiva – Prof Rui Mota; Ballet Prof. Vera Varela Cid; grupo 5anos – inglês e ballet”. Jardim Infantil Pestalozzi – Calendário da 1.º Ciclo Ens. Primário 2005/2006 [1 p. datilografadas] Contendor 31.

²⁶ Nele participou Matilde Rosa Araújo que era amiga de Lucinda Atalaia e não tinha filhos.

[Nos] primeiros dias de outubro de 1974, [em] reunião com todas professoras do JIP dei-lhes conta da minha intenção de me afastar da escola (...) desejava dedicar-me a outros trabalhos dificilmente realizáveis em acumulação com as minhas funções no JIP; Embora não soubesse precisar a data, admitia que até dali a 2 anos tomaria uma resolução nesse sentido. (...) [sugerindo que o] pessoal docente fosse pensando quais as vias de continuidade do JIP que achassem mais convenientes. (Carta aos pais, s.d.).

Para ultrapassar o mal-estar criado, em julho de 1975, Lucinda Atalaia sugeriria a constituição de uma cooperativa como solução para a continuidade do JIP mas houve professoras que “propunham uma integração do JIP na Cooperativa CEFEPÉ (...)” (Carta de Lucinda Atalaia ao Conselho Diretor da CEFEPÉ, 1975). A este conflito acrescentaram-se reivindicações (salários, diuturnidades) e relações laborais difíceis abrangendo quer o pessoal docente quer o não docente (sobre o pagamento do 13.º mês, horas extraordinárias, vigilâncias dos recreios, organização das entradas e saídas, gestão das carrinhas e a suspensão de uma funcionária). É neste período que algumas das professoras, quase metade do corpo docente, por diversas razões, vão deixar a escola. É o caso de Clara Felgueiras, da rescisão de contrato de Maria Graciete Alves Afonso Paisana, de Maria de Lourdes Curto e de Maria do Carmo Lacerda Marques. Para outras que ficam, como Maria Helena Esteves, a desilusão é uma constante. Este conflito teve ainda a intervenção dos ministérios da Educação e do Trabalho uma vez que, havendo professoras não diplomadas no Jardim Infantil Pestalozzi, Lucinda Atalaia recusava pagar-lhes o mesmo que deveria pagar àquelas que tinham a habilitação adequada e que eram apenas quatro. Só em fevereiro de 1976, após mais uma reunião geral de pais e trabalhadores, Lucinda Atalaia vai responder “no sentido de eu definir a minha posição (...) [e] sendo sensível à vontade dos Pais [afirma estar] disposta a continuar na direção pedagógica do JIP, durante o ano letivo em curso” (Carta de Lucinda Atalaia às professoras. 1976, p. 1) impondo inúmeras condições para que tal se concretize: a direção pedagógica ficar-lhe-ia inteiramente submetida, após “discussão e resolução dos problemas colegialmente”, sugeria a

(...) constituição de uma comissão de Pais que disponha de possibilidade de acompanhar de perto a vida da escola (...) estar presente nas diversas atividades, incluindo reuniões de trabalho. Todavia o papel seria simplesmente o de observadores, [dando] o seu conselho quando para isso solicitados. (Carta de Lucinda Atalaia às professoras. 1976, p. 1)

Continuava a defender a constituição de uma cooperativa, só de trabalhadores ou de pais e trabalhadores, da qual ela gostaria de fazer parte e que esperava estivesse criada no prazo de um mês. O património do JIP seria identificado através de inventário a realizar e ser-lhe-ia pago, anualmente, num prazo de 10 anos. A designação da cooperativa seria definida pelos sócios. Se no espaço de dois meses toda a situação não tivesse sido resolvida, ela reservava-se “o direito de rever a minha posição e decidir o que for mais conveniente à minha atividade pedagógica e ao futuro da própria escola” (Carta de Lucinda Atalaia às professoras. 1976, p. 3). A maioria dos pais teve algum sentido de desconforto perante a situação uma vez que, numa época em que muitas

estruturas foram radicalmente modificadas, a saída prevista da diretora para outras funções, num momento tão delicado da vida da instituição, seria mais um motivo de incerteza. Antónia Freitas, uma mãe, em carta dirigida à diretora do JIP sobre diversos assuntos, considera que só a diretora deve ser responsabilizada pelo conflito existente:

Fazer um apelo (...) relativo ao contencioso (...) entre a senhora e as professoras. A senhora representa sempre mais para todos nós do que a “diretora da escola dos nossos filhos” [original]. Em reuniões de pais falar-se relativamente a si em “figura carismática” e em que tinha mantido “um oásis de liberdade na negra noite do fascismo”. Eu também assim penso. É por isso que me atrevo e penso ser meu dever dizer-lhe pessoalmente, a grande e profunda melancolia que me invade quando penso em tudo o que se tem passado na escola. Quero ainda dizer-lhe que pessoalmente penso que algumas das atitudes de que tem tomado são profundamente rígidas e mesmo incorretas. O apelo que lhe faço é para que consiga superar e vencer a situação no sentido da concórdia. Por favor: se a Pestalozzi era necessária antes do 25 de abril, precisamos ainda mais dela e de si, agora. A senhora, quanto a mim, e creio que poderei ser útil ao dizer-lho, está (...) a afastar os pais de si; e muitos de nós estamos a afastar-nos contra vontade. (1976)

Sobre o corpo docente não foi possível fazer uma leitura exaustiva pois não há dados suficientes ou, se/quando existem, ainda não estão organizados para que permitam perceber a evolução ao longo do tempo. De início percebe-se que a única professora foi Lucinda Atalaia pois, só em novembro de 1958 paga, pela primeira vez, dois ordenados de professoras (1000\$00 a uma e 500\$00 a outra) mas essa indicação não tem identificação e desaparece deste livro de anotações para só reaparecer em julho de 1959, sendo que, em janeiro desse ano pagara “400\$00” a uma estagiária. Tem a ajuda de uma “criada” (dezembro 1958) a quem paga ordenado e gratificação assim como a um motorista. Em janeiro de 1959 refere pagamento de ordenado a “uma professora” (600\$00). Em julho de 1959 inclui “uma auxiliar” (500\$00). Em outubro de 1959 tem duas professoras, um motorista e uma criada.

Da consulta dos diversos registos²⁷ disponíveis, deduz-se que as professoras do JIP apresentam uma enorme variação ao longo do tempo, havendo poucas/os que se tenham mantido durante anos seguidos ali em funções. Algumas há que, entrando num ano, em agosto, são demitidas no ano seguinte ou antes do final do ano letivo²⁸. Apenas uma educadora, Amélia da Ressurreição Marques Soares da Cruz Coelho, permaneceu ali durante anos e é hoje tida como uma das referências pedagógicas da escola. Lucinda Atalaia é a única professora que ali ficou a trabalhar depois de se ter reformado, em 1 de março de 1996²⁹. As entrevistas a antigos alunos da escola raramente referem outras memórias de professoras que não sejam “a Lucinda”. Esta mobilidade (talvez aparente)

²⁷ Carta de Lisboa, 11 jan. 1990 para Diretor Geral da proteção Social da Funcionários e agentes da Administração Pública para, ao abrigo do art.º 64.º do Decreto-Lei 118/83 de 25 fevereiro para “efeitos de inscrição do seu pessoal docente na ADSE”. Subscrive o acordo Lucinda Maria Atalaia Bicha de Barros Queiroz. Dossiê CGA e ADSE. Contentor 149.

²⁸ Dossiê CGA e ADSE. Contentor 149.

²⁹ Dossiê CGA e ADSE. Contentor 149.

revela uma contradição entre o que se entende por criação de um corpo docente estável necessário à organização, implementação e difusão de um modelo pedagógico inovador e a relativa instabilidade que se deteta nas contratações realizadas e períodos de tempo que aquelas professoras e educadoras permanecem na escola.

Da leitura dos materiais sobre reuniões de professoras percebe-se que, muitas vezes, Lucinda Atalaia comunicava com elas por escrito, fosse para lhes dar informações sobre o trabalho fosse para as informar da passagem dela pelas aulas das referidas professoras que ali trabalhavam. Nas reuniões, as professoras apresentavam muitas dúvidas, inseguranças, críticas mesmo aos materiais usados e formas de os aplicar: “a falta de fichas e o atraso com que elas chegavam às salas”, “a falta de documentação na escola”, “com a 4.^a classe, a classe foi tradicional”, “com muita dependência da leitura (...) falta de organização de trabalho; Insegurança – falta de bases (pedagógicas e didáticas) (...)”, “eu perdia-me”, “má organização”, “falha na imprensa”; “tentou trabalho de grupo mas falhou (...) só um ou outro é que tentava”, “muita insegurança apesar de ler bastante; Sentiu-se mal informada acerca do que esperavam dela;” (Ata de reunião de professoras, 1972).

A formação interna destas professoras é feita com base nas dificuldades, dúvidas, problemas que os/as assolam, entre pares, dentro e fora das escolas, ao longo do ano ou em períodos intensivos específicos, seja na forma de encontros, seminários, estágios, conferências, exposições, naquilo que hoje se designa como comunidade de aprendizagem, em regime de autogestão.

A formação nas áreas da língua, da matemática, de estudo do meio, da música e ensino da música, de forma a ter professores que “que se identifique[m] com o projeto da nossa escola...” (Circular aos pais, 2010) foi outra das preocupações que ainda hoje permanece.

Uma questão sobre a qual Lucinda Atalaia se vai manifestar inflexível é a da pontualidade. Mais do uma vez vai, por escrito, apresentar determinados procedimentos que quer ver cumpridos dando sempre uma imagem muito controladora e rígida da relação que estabelecia com as professoras e empregadas.

A ligação à CEFEPÉ através das professoras do JIP é também uma constante seja para resolver problemas da cooperativa³⁰, para promover a formação e a participação das professoras nas atividades ali e por ela promovidas³¹ ou para participar nos seus órgãos de gestão.

³⁰ Pergunto às professoras se sabem alguém que esteja disponível para orientar a ocupação de férias na CEFEPÉ em julho 2.^a quinzena e tarde ou só tarde em agosto. Agradeço resposta. 20/06/72. Lucinda Atalaia [tem resposta de Graciete, Clara, Faro Felgueiras, Teresa e Marília] (Contentor 73. [Dossiê acinzentado]).

³¹ Dar conhecimento às professoras 2.^a feira, dia 20 na CEFEPÉ 13. 3. 72 [a lápis tem] e deslocar-me Lucinda Atalaia. “15h – Encontro com as participantes no Estágio Fev 72 para troca de impressões. 21,30 – Apresentação do filme “Vilarinho das Furnas” documentário de uma aldeia condenada a desaparecer. O realizador António de Campos estará presente. Podem assistir os sócios e pessoas amigas. 3.^a feira – 15h – reunião JIP e professoras das atividades extras. [Assinam:] Tomámos conhecimento Graciete Paisana, Maria Amélia, Clara, Margarida, Faro Felgueiras, Teresa, Marília” (Contentor 73. [Dossiê acinzentado]).

6. A construção de rituais identitários

Como espaços de criação de relações mais fortes entre professoras, crianças, pais e o meio figuram diversas iniciativas, sejam as visitas de estudo, os passeios, os acampamentos ou as festas específicas anuais que comemoram/celebram eventos especiais, vistas como formas de ligação entre a escola e as famílias.

Com o tempo, o JIP foi criando uma certa cultura de escola, composta por um conjunto de “conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores”, apropriada por todos os que nela trabalham e que nela estão/estiveram, reconhecendo-a como única, sobrevivendo até ao envelhecimento das gerações (Nogueira, 2011, p. 18). A vontade de criar um conjunto de “conteúdos simbólicos” encontra-se no sentido de designar o conjunto de valores, conhecimentos, atitudes, esquemas de comportamento, veiculados, implícita e explicitamente pela escola. (Nogueira, 2011, p. 22)

Esta cultura de escola, construída a partir das “suas aspirações, interesses, ideais, objetivos levando, depois, à edificação de uma identidade escolar” (Nogueira, 2011, p. 26), reflete-se e foi construída a partir de um conjunto de rituais que foram sendo organizados e que hoje se encontram consolidados.

A criação de uma identidade *pestalozziana* é vontade expressa em muitos dos textos publicados seja sobre a relação escola família, sobre a relação com as pessoas e colegas, com as figuras que por ali foram passando e que hoje são claramente convocadas como patronas da instituição assim como as referências à liderança carismática da diretora de mais de 50 anos. As referências frequentes à participação, colaboração e trabalho de pais e avós, de membros destacados do meio cultural ou das amizades pessoais de Lucinda Atalaia, são uma das estratégias usadas para a criação dessa identidade que mais se quer cimentar.

Quanto à escola vista como um organismo vivo que modela as crianças para o futuro e as torna diferentes de todas as outras que frequentaram escolas diferentes, os exemplos são também numerosos quer sobre as pessoas que a elas estão ligadas quer sobre a construção de um conjunto de princípios que, por terem frequentado esta escola, todos são suposto terem ali adquirido e interiorizado.

A ligação com a comunidade fazia-se/faz-se nesta escola sempre através de três vias: do reforço de uma ligação e um estreitamento de laços entre as crianças de uma classe e as outras, com as professoras e empregadas, entre estas e as famílias e entre a escola e a comunidade exterior.

A saída desta escola (seja do JIP seja da CEFEPÉ) é sentida sempre como uma perda, é o deixar uma comunidade com a qual se identificam. Escreve Ana [Maria Pegado] “tenho pena de ir para outra escola...eu não vos esquecer nem a si nem à Margarida e outras pessoas que vieram cá nós [sic] ver a trabalhar vou ter pena de ir embora e nunca mais ver estas pessoas todas (Carta para a Lucinda Atalaia, 1987).

As comemorações dos aniversários são ocasiões de fortalecimento de rituais identitários que permitem a construção de uma ideia de pertença a um coletivo que se pretendia reforçar e que, até hoje, não mais foi interrompido. A primeira grande festa interna e externa que se comemora é a dos 25 anos do Jardim-Infantil Pestalozzi, em

1980. Seguir-se-á a dos 30 anos (1985), a dos 50, 55 e a dos 60 anos³².

Em 1996 os 25 anos da CEFEPPE vão ter uma comemoração condigna. Embora ainda existissem as instalações da cooperativa no Campo Pequeno, será do outro lado da rua, nos Jardins da Biblioteca Municipal Central das Galveias, que esta se realizará. Foram convidados os antigos alunos do Centro Experimental de Ação Educativa³³, através de um convite especial endereçado, por Lucinda Atalaia, às crianças³⁴ que, em 1983/87, haviam frequentado o projeto educativo mais emblemática desta cooperativa.

Muitas são as datas e temas selecionados pelo JIP para realizar festas e encontros. Exemplo deste último tipo de atividade é, desde muito cedo, a celebração do Carnaval como festa na qual participam pais, professoras, crianças e comunidade. Outra festa, a do Pão por Deus, foi/é uma festa usada no JIP como símbolo da “chegada do outono” (Carta aos pais de Maria Manuela Silva, 2009).

Outras festas, como o S. Martinho os finais de ano ou até apenas convívios entre pais e professoras ou só entre professoras entre si, para criação de um corpo coeso extra aulas, foi também pensado ao longo da história do JIP. Como exemplo desta última iniciativa, em 1982 foi “aceite proposta de Educadora Graça Vilhena para que quinzenalmente haja um almoço, na escola, com todas professoras e educadoras”, com a justificação de que “esta proposta resultou da análise das condições indispensáveis para uma comunicação intercâmbio entre as pessoas” (Ata do Conselho Escolar, 1982).

O natal foi/é a festa da fraternidade sem conotação religiosa. Muitas vezes, à festa realizada pelo coletivo de pais, crianças, professoras e empregadas, no ginásio da escola, acrescentava-se a ida a espetáculos – circo, teatro no exterior.

A festa da primavera, sempre realizada na escola ou ar livre (no Estádio Universitário, nos jardins do Campo Grande), a partir de meados de março, incluía atividades diversas desde gincanas, almoços volantes, piquenique, pintura, visita a exposições dos trabalhos das crianças ou teatro. No final do ano havia sempre convívio, realizado em parceria entre a direção, as auxiliares e as famílias, com atividades lúdicas para pais, avós e outros familiares.

Nesta linha de preservação da memória e de criação de um conjunto de referências comuns e identificadoras, Lucinda Atalaia instituiu o 12 de janeiro como o dia da escola,

³² Os dois últimos aniversários, o dos 55 e o dos 60 anos, já sem Lucinda Atalaia. O I Encontro, subordinado ao tema A Educação está no palco! A Educação hoje: na família, na escola, na sociedade!”, Realizado no Teatro Meridional, em Lisboa, em 22 e 23 de janeiro 2010, teve como objetivo “Evocar Lucinda Atalaia”. Foi lançado o livro *Ler, ouvir e cantar*, de Lucinda Atalaia. (Contentor 32 e 33). O II Encontro, realizado em 28 de novembro de 2015, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, intitulado II Encontro da Fundação Lucinda Atalaia, subordinado ao tema “A ciência e a arte na arte de educar” (Contentor 160).

³³ Existem 4 fotografias de grupo com Lucinda Atalaia: estiveram presentes: Sérgio, Ricardo, Nuno Filipe, Zuleica, Mónica, Helena (Contentor 123 [Envelope branco 1 junho 96 – 25 anos da CEFEPPE]).

³⁴ A lista tem: Nuno Miguel Pinto, Pedro Ferreira, Sara Passuco, Sónia Fernandes, Sérgio Mee Chin, Teresa Monteiro, Zuleica Mendes Santos, Ana Maria Pegado, Dália Dias Pinto, Elisabete Pamplona da Costa, Helena Sousa Gomes e seu irmão, José António Fernandes, Mónica Gregório, Nelson Figueiredo, Nuno Filipe Ramalho. [Carta] Aos antigos alunos ...de Lucinda Atalaia, 6 maio 1996 (Contentor 60: [dossiê verde/vermelho]).

o *Dia do Pestalozzi*, nesta designação mais pessoal: haveria festa e produção de um bolo por sala e outras atividades para os festejos a que sempre os pais se associ(ar)am. Destes eventos há imagens se bem que nem sempre identificáveis uma vez que, no verso, as fotografias não costumam ter qualquer legenda ou identificação.

Aquelas festas de comemoração dos 25 anos da escola, em 1980, inauguraram uma linha de preservação da memória e de criação de um conjunto de referências comuns e identificadoras da história do JIP. Desta primeira festa foi feito um *livro de comemorações: 1955-1980 Pestalozzi completa 25 anos*. Ali estão guardados a intervenção que Lucinda Atalaia dirigiu aos pais sobre a história do Jardim-Infantil Pestalozzi, desde 1955, na qual informa que, para lembrar esse percurso, pretende fazer em 20 e 29 de novembro de 1980, e apresenta o programa³⁵, “uma pequena série de encontros que visam essencialmente discutir alguns problemas de educação e proporcionar um convívio entre pais e filhos [no original] que ao longo destes anos têm frequentado o JIP” (Circular/programa, 1980). Para ilustrar o livro das comemorações foi também pedida a colaboração de antigos/as alunos/as. No caso de impossibilidade, pessoas ligadas à escola a quem foi endereçado convite para estarem presentes, enviaram mensagens diversas, como foi o caso de Matilde Rosa Araújo, amiga de longa data de Lucinda Atalaia.



Fig. 8 | Jardim Infantil Pestalozzi – 1955-1980. 25 Anos de amor e dedicação à criança

(Fonte: Arquivo Lucinda Atalaia. Fotografias. Contentor 16)

Em cada aniversário, com é o caso do dos 30 anos, a diretora e outras colaboradoras, sobretudo Amélia Coelho³⁶, profere(m) intervenções alusivas. Na festa dos 30 anos do JIP, evocando Delfim Santos, Lucinda Atalaia dissertou sobre “uma pedagogia ativa,

³⁵ Estiveram presentes mais de 80 pessoas em cada um dos dias. Tem 62 folhas de cada um dos boletins de inscrição para evento. (Contentor 15)

³⁶ Amélia Soares da Cruz Coelho – Reunião de Pais e Educadores. 15 jan 1986 – A escola faz 30 anos! (Contentor 25 e Contentor 71 [2 p. manuscritas]).

respeitadora da individualidade e dignidade da pessoa humana, associada a uma fraternidade social pelos mais desprotegidos” (Atalaia, 1985). Também em 15 de janeiro de 1986, integrado no mesmo aniversário, foi realizado um Encontro de Pais e Educadores³⁷, com debate animado por Rui Grácio e subordinado ao tema: Modernizar o sistema de ensino português?

Na dos 45 anos houve um almoço “com antigos alunos celebrando os do JIP” (Circular aos antigos alunos. 2000). A festa dos 25 e dos 50 anos foram as mais completas pois que juntaram, a esta última, a dos 260 de anos de Pestalozzi.

Nos 50 anos foi extenso o programa desenvolvido. Publicitada no *Jornal de Notícias*, em notícia ilustrada com imagem de Lucinda Atalaia, então com 72 anos, o artigo retoma a história do JIP, desde 1955, sublinhando que na “escola para a independência e para a liberdade” se utilizava o “método de ensino do pedagogo Pestalozzi (...) [sendo as] crianças incentivadas desenvolver suas capacidades de iniciativa, criação, pesquisa e solidariedade (...) “formação cívica feita numa perspetiva de educação cívica e democrática (...)” (Fonseca, 2006). O texto menciona ainda os pedagogos de referência da escola e reforça, através das palavras da funcionária Cândida Barradas, ali a trabalhar há 41 anos, a ideia de continuidade pedagógica e familiar quando afirma que muitas das crianças que “atualmente frequentam a escola são filhos de ex-alunos, que continuam a manter uma forte ligação ao local” (Fonseca, 2006).

São produzidos dois CD intitulados, respetivamente, Jardim-Infantil Pestalozzi – 50 anos e Pestalucinda³⁸. No primeiro, são apresentadas imagens dos dois edifícios onde funcionou a escola, o painel de azulejos criado para a ocasião (reproduzido no início deste texto), o almoço de antigos alunos, uma exposição sobre a história do JIP, imagens dos pedagogos desde Pestalozzi a Agostinho da Silva, Maria Amália Borges, Rui Grácio, João dos Santos, Salvado Sampaio e ali se inclui a fundadora Lucinda Atalaia aquando da condecoração recebida em 1998 pela sua atividade como pedagoga, “pelo relacionamento humano, reconhecimento pela obra em educação e pela investigação e formação” (Jardim-Infantil Pestalozzi, 50 anos, 2006). Também se mostra o número especial do *Jornal de todos* (junho 2005), dedicado na íntegra ao referido aniversário. A outra versão do CD, ligeiramente mais longa do que a anterior, mais focada para dentro, para a apresentação do projeto pedagógico, pretende responder à questão *Que escola foi esta?* Mostra a intervenção de Lucinda Atalaia na imprensa, os primeiros anos de 1955, os pequenos grupos de trabalho, as peças de teatro, as saídas, recorre a testemunhos e fotografias (antiga e atual) de antigos alunos/as, mostra imagens dos 25.º e 30.º e 35.º aniversários do JIP, o exterior e interiores do edifício, as oficinas (culinária, tapeçaria, reciclagem, pintura), Convívio de pais e, “Como se fora um fim...” transcreve testemunhos de antigos alunos.

³⁷ [Convite] 30.º aniversário da fundação do Jardim-Infantil Pestalozzi. Lisboa, 6/1/1986. (Contentor 25).

³⁸ Existem duas versões diferentes: uma de 5 minutos intitulada Jardim-Infantil Pestalozzi 50 anos (Contentor 21) e outra intitulada Pestalucinda, de 6 minutos (Contentor 160).

7. Divulgação e contactos internacionais

Numa época em que o que se ia fazendo no estrangeiro nem sempre chegava ou só tardiamente era conhecido, são de referir os contactos internacionais que Lucinda Atalaia vai estabelecer com Freinet e, sobretudo, com Espanha e com o Brasil, especialmente nas áreas do ensino da língua e das expressões.

No número 168 de *ONF* (maio 1956), Lucinda Atalaia tinha entrevistado Helen Keller, quando aquela pedagoga estivera em Portugal. A preocupação com o que de inovador se ia fazendo, especificamente na área da música, leva-a a contactar Edgar Willems para encomendar o livro³⁹, *Les bases psychologiques de l' éducation musicale*, mesmo antes de ser publicado. Ele difundia uma pedagogia de ensino da música que baseava os seus fundamentos nos preceitos da aquisição natural da linguagem pelas crianças, a mesma conceção que Lucinda Atalaia defendia na aprendizagem de outras áreas do currículo e que vai seguir no JIP.

Com Espanha, mais propriamente com a Galiza e a Catalunha, os primeiros contactos serão feitos através de Agostinho da Silva, desde início dos anos 70. Alguns deles irão perdurar, a nível de amizade pessoal, para lá desse período. Será através dele que Lucinda Atalaia vai conhecer a Associació de Mestres Rosa Sensat que, desde 1965, na Catalunha, tinha juntado diversos professores naquele movimento de renovação pedagógica e que vão, “a par do apoio ao movimento nacionalista contra Franco, encetar um projeto de formação de professores” (Villena, 2014) que defende muitos dos princípios que irão ser os do projeto JIP como a defesa da criação de ambientes de confiança entre crianças e professores, a coeducação, a matemática moderna, o estudo da língua e do seu ensino excluindo exercícios repetitivos e monótonos de cópia, ditados, redação e gramática sem ligação ao quotidiano, a defesa do texto livre, o estudo do meio e da natureza, a colaboração com as famílias, com profissionais de áreas da psicologia e da pedopsiquiatria para melhor lidar com crianças e ainda o uso das artes como a música, o desenho, a tapeçaria, o teatro como parte de um currículo integral (Villena, 2014). Logo nos anos 70, em outubro, ela vai assistir ao II Curso de Verão, em Vigo, através do qual se fazia “aperfeiçoamento de professores” e inicia colaboração com a pedagoga Mireia Montané. Outras ligações que se mantiveram ao longo do tempo foram com Antia Cal a quem Lucinda Atalaia convida, como o fará com Mireia Montané, para vir participar num “curso de sensibilização de professores a uma nova pedagogia que pensava organizar”, seguindo o modelo que vira em Vigo (Carta de Lucinda Atalaia para Antia, 1970). Nos anos de 1972/73 serão ainda estabelecidas novas relações com a Galiza, através de Xoana Atan, cunhada de Antia Cal, esta do *Colégio Rosalia Castro* e da Universidade de Vigo, com as quais Lucinda Atalaia troca correspondência sobre ensino da Matemática.⁴⁰

³⁹ [carta de] Edgar Willems, Conches, Genève, Suisse, de 25 maio 1956 [em francês] [para Lucinda Atalaia] (Contentor 16. [Saco plástico fino]).

⁴⁰ [papel timbrado de] Colégio Rosalia Castro [com carta de] Antia [Cal] de 2-11-72 [carta em galego] [canto sup dto] respondi em 9/11/72 – necessitava referência dum material de matemáticas ... [margem superior folha] Mandeí inscrição em 4/7/73 – Carta de Antia [Cal] em 20.6.73 sobre

Desde 1971 que a ligação ao movimento pedagógico *Rosa Sensat* se aprofundara. Em 1973, através daquela pedagoga catalã, toma contacto com Pilar Benejam [Arguimbau], pedagoga fundamental na área de Estudo do Meio, sobretudo na inovação e renovação didáticas. Lucinda Atalaia vai trazer para a CEFEPÉ os textos desta geógrafa que vão ser inspiração, para esta área, para uma série de outros que serão usados no JIP e na formação pois “encontrei finalmente duas professoras dispostas a trabalhar conosco na formação de professores do ensino primário [no original] nas ciências de observação e ciências sociais. Ambas trabalham no ensino secundário (...)” (Carta de Lucinda Atalaia para Pilar Benejam, 1973). A relação profissional e pessoal mais longa será estabelecida com Mireia Montané [i Tuca] e Marta Mata [Garriga]. A primeira porque também ela investigou sobre a aquisição da língua e da linguagem nas crianças e a segunda foi uma das fundadoras de *Rosa Sensat*, defensora da escola pública e laica, com intervenção política empenhada, antes e depois do franquismo. É através da ligação com Mireia Montané que a CEFEPÉ se fará sócia da ATEE (*Association for Teachers Education in Europe*) da qual aquela professora será presidente⁴¹. Em 1974 Marta Mata virá a Portugal fazer uma palestra sobre Renovação Pedagógica e Sociedade, num seminário promovido pela CEFEPÉ. Após a queda do franquismo, virá novamente a Lisboa, no contexto da celebração dos 20 anos daquela cooperativa. Na comunicação que apresentou, sobre formação de professores, refletiu sobre a forma de “integrar a formação inicial com a formação permanente de professores” (Montané, 1991, p. 211). Quando sabe do seu falecimento, Lucinda Atalaia escreverá uma carta aos familiares na qual refere que o convívio com aquela pedagoga, entre 1974 e 2006, lhe permitira “aprofundar conhecimentos de ordem pedagógica e didática bem como avaliar questões de caráter social e profissional que contribuíram para o enriquecimento da minha formação e ação educacional (Carta de Lucinda Atalaia aos familiares de Marta Mata, 2007). Em 1975 virá a Portugal o professor Pere Fortuny do *Rosa Sensat*, para orientar um seminário de Estudo do Meio, integrado e decorrendo ao mesmo tempo do Estágio realizado no JIP, entre 16 e 22 de março, destinado a “interessados na atualização pedagógica (...) e empenhados numa renovação pedagógica” (CEFEPÉ, Estágio Estudo do Meio. 1975).

Com o Brasil serão estabelecidas relações através de Agostinho da Silva, de Thais Bianchi (que trabalhava na área das expressões do teatro) e de Esther Pilar Grossi, figura fundadora do GEEMPA brasileiro, com base de formação em Matemática, pedagoga com papel de relevo ligada à alfabetização popular e que veio apresentar uma comunicação (Grossi, 1993) na qual pretendia analisar as relações entre a alfabetização, a escola e os desfavorecidos. Este movimento⁴², ainda hoje⁴³ existente, fora criado já

Escola de verão que pensamos fazer en Vigo [de 3-8 set, en la Escuela de Maestria Industrial] (...) inscrições para 30 pessoas per grupo e non mais (...) escrevo a Violante (...) e ainda Carta de Xoana Atan, cunhada de Antia Cal [papel timbrado de] J M Cal, médico puericultor de 28/9/74 – cunhada, Antia Cal, está fazer cursos e vai ter 5 professores de Portugal (Contentor 68).

⁴¹ Na Conferência desta Associação, realizada em Praga, de 4 e 9 set. 1994, estará Lucinda Atalaia em representação da cooperativa mas não apresenta qualquer comunicação. De Portugal participam mais 10 docentes, de 6 instituições ensino superior (Contentor 49).

⁴² Tinha sido criado em 1989 com a preocupação com alfabetização das classes populares, num

depois da experiência que a CEFEPPE realizara entre 1983-87, com crianças desfavorecidas.

Outra forma de renovação pedagógica com a qual Lucinda Atalaia vai relacionar-se é, depois de 1966, com o que é ainda hoje o Movimento da Escola Moderna Portuguesa (MEM) e sobre cujas origens foram já publicados diversos estudos (Pessoa, 1996; Gonzalez, 1999; Figueira, 2007; Valadão, 2009).

Uma outra preocupação desde sempre ligada às práticas inovadoras seguidas no JIP foi a das relações escola-família e do papel das expressões na educação. A procura de inovações e diferentes formas de desenvolver essas práticas vai levar Lucinda Atalaia, em 1994, então com 65 anos e integrada num grupo de 17 professoras e educadores, à escola Reggio Emilia então muito divulgada como escola modelo nesta área específica.

8. Fundação Lucinda Atalaya e opções pedagógicas atuais (2009- ...)

Como sua herdeira universal, cria Lucinda Atalaia a Fundação Lucinda Atalaya (FLA) com a função de dar seguimento a um caminho que ela iniciara: promover o desenvolvimento de diversas capacidades do ser humano, “de iniciativa, de criação, de crítica, de pesquisa, de cooperação” e de continuar a desenvolver aquela que fora a finalidade da sua vida:

(...) a de contribuir de um modo concreto e eficaz para a formação permanente dos professores do ensino primário e dos educadores de infância, com vista a um atendimento pedagógico mais qualificado das crianças portuguesas, sobretudo daquelas que vivem em situação de desvantagem, quer económica quer social. (Seabra & Silva, 2012)

Esta Fundação que hoje gere o património da fundadora e dirige o JIP reorganizou já, em dois grupos, no sítio⁴⁴ da escola, o que são hoje as referências aceites ao nível da influência teórica na área da inovação pedagógica: um, no qual se mencionam Rui Grácio, “a figura mentora da linha pedagógica da escola”; Maria Amália Borges, “a interlocutora nos métodos e práticas de ensino” e Agostinho da Silva, “o mestre modelar para o grande objetivo da Educação – a humanização do Homem” e João dos Santos. Outro, em que como figuras inspiradoras se destacam Pestalozzi, Lucinda Atalaya, Amélia Coelho (1945-2005) (que, tendo começado em 1972 como colaboradora da CEFEPPE, passa a integrar em 1976 a equipa docente do JIP).

trabalho em favelas de Porto Alegre, com uma equipa interdisciplinar que analisara as razões que poderiam explicar por que razão as crianças de classes populares tinham índices tão baixos de aprovação na escola.

⁴³ Para a história desta instituição sugere-se tese de mestrado: Um olhar sobre a alfabetização em classes populares no Brasil (1970-2017) de Yone Marques, orientada por Joaquim Pintassilgo e defendida no Instituto de Educação. Lisboa, em 18 janeiro 2018.

⁴⁴ Jardim Infantil Pestalozzi. *Quem somos*. (disponível em <http://www.jardiminfantilpestalozzi.pt/index.php/fundacao/quem-somos>). Acesso em 12 janeiro 2018)

No passado como hoje continua a defesa de “Uma escola para a independência e para a responsabilidade” assente numa pedagogia “centrada na comunicação e na organização de aprendizagens significativas” (Projeto educativo, 1990 [?]) que a Pestalozzi foi buscar o respeito pela individualidade e expressão livre de cada criança, a defesa da coeducação e o privilegiar das vivências das crianças, em contacto direto com a natureza. Continua a fazer da relação com as famílias e da reflexão conjunta sobre as questões do desenvolvimento das crianças e de partilha de situações educativas⁴⁵ um dos princípios basilares da vivência diária.

O JIP apoiou-se em muitos atores que defendiam uma ação democrática em educação, referindo-se como pontos importantes do projeto que “a ação educativa aceitável consiste em respeitar a personalidade infantil, desenvolvendo no máximo as capacidades de cada um para que se tornem indivíduos reflexivos e críticos” (Projeto educativo, [1990?]). Aquele lema foi apresentado e discutido com os pais e sabe-se que esta atitude esteve sempre presente na relação com eles, sendo mesmo tema único de algumas reuniões entre pais e direção da escola (como foi o caso, entre muitas outras, da reunião geral de pais, realizada em 12 novembro 1969, feita para discutir os *Princípios e orientação pedagógica da escola*). A Fundação continua a defender o que é/foi o modelo pedagógico do JIP, enunciado por Lucinda Atalaia:

Se eu quisesse definir em duas palavras a minha pedagogia direi: amor e desafio. Para além do afeto o maior prazer que experimentava era desafiar o pensar e o sentir dos meus alunos para eles próprios encontrarem as suas ideais sobre as questões apresentadas. Inerente a este exercício, por vezes lúdico, era o clima de autenticidade que emanava da nossa atuação. Amor-desafio-autenticidade. (Atalaia, s.d.)

Desde o início até hoje o projeto educativo do JIP pautou-se pelos princípios da importância da afetividade, do desenvolvimento das capacidades críticas, da promoção de uma relação privilegiada entre cada sujeito e o ambiente, do estímulo da iniciativa, de criação, de pesquisa, de solidariedade para que, em tempos adultos cada educando/a seja capaz de se adaptar, de exercer uma cidadania ativa e de transformar a realidade circundante.

Considerações finais

Neste texto faltou ainda analisar um conjunto vasto de documentos do Arquivo Lucinda Atalaia e realizar um conjunto de entrevistas que permitiriam identificar outras vertentes que tornaram esta instituição uma escola inovadora (Cros, 2001). Uma outra dimensão neste momento ainda um pouco incipiente mas que se pretende analisar, liga-se ao facto de Lucinda Atalaia se ter pautado por uma defesa de uma educação que, numa perspetiva política e de valores ético-morais, se deveria situar na área da oposição

⁴⁵ Como assinala também Carlos Bento, *A Intervenção social na Pedagogia de Pestalozzi* (Castelo Branco: [s.n.], 1962).

ao *estado novo* (1933-1974) apesar de, na esfera política, ela se ter pautado sempre por intervenções muito conservadoras ou seja, “uma mulher defensora de uma gramática escolar livre, inovadora e democrática mas reacionária politicamente” (Fernandes, 2018).

Convocar diversos vultos de vanguarda educativa – de Pestalozzi a Maria Amália Borges de Medeiros – como patronos do pensamento e da ação de renovação pedagógica aqui desenvolvida, fez parte de uma estratégia de afirmação e diferenciação. Como elemento inovador nem sempre sublinhado nos documentos, nas entrevistas e sobretudo nas fotografias existentes no Arquivo Lucinda Atalaia, devem destacar-se dois aspetos: a contínua e militante importância dada a visitas ou passeios educativos considerados um dos meios da ação pedagógica mais importantes para a educação cívica das crianças e a defesa intransigente da área das expressões artísticas como contributo imprescindível para uma formação completa.

As propostas de formação que a equipa educativa e os pais foram realizando, a criação da CEFEP (1971-2001) como uma extensão dessa formação, a intervenção nas discussões públicas sobre reformas a introduzir no sistema educativo, a reflexão sobre as inovações que iam sendo introduzidas no JIP e a aposta numa intensa relação escola-família contribuíram não só para a criação de uma comunidade educativa que se revia/revê na escola mas também para que, numa espécie de endogamia pedagógica, uma vez que a maioria das crianças que hoje frequenta o Jardim Infantil Pestalozzi tem ligações familiares (filhos e netos) ou relações de amizade com antigas(os) aluno(as).

Ao analisar o JIP sublinha-se que foi uma instituição que foi capaz de alterar profundamente a função da escola defendendo uma pedagogia centrada, como preconizava a Escola Nova, no interesse da criança, flexível e diversa, em contraste com a rigidez e a uniformidade do modelo da escola tradicional. Foi uma escola baseada na expressão e na comunicação livres e na intervenção democrática

A coeducação e a cooperação, como princípios básicos de vida foram abertamente praticadas até porque as condições físicas da escola, em qualquer dos dois edifícios onde funcionou/funciona não lhe permitia, em relação à primeira, uma outra forma de organização espacial. Além de princípios práticos e empíricos, a pesquisa e investigação sobre estes⁴⁶ e outros temas, para melhor fundamentação conceptual, fez sempre parte dos meios de ação da escola.

Como pedagoga, usando umas vezes os espaços possíveis e outras ignorando os entraves, Lucinda Atalaia nunca se coibiu de intervir ao nível da defesa de propostas mais ou menos vastas ou de crítica a outras que lhe foram sendo apresentadas.

A designação escolhida para a escola, o papel reconhecido para os/as professores/as como guias e não como alguém que impõe e a quem se obedece, a não-aceitação ou contestação de preceitos centralizadores contornados com algum esforço, muitas vezes resultantes “de um tateamento, de sucessivas sequências de tentativa-erro” (Canário,

⁴⁶ Entre muitas outras: OCCE – Office Central de la Coopération à l'école (1967) – L'arc-en-ciel: Bulletin de liaison des coopérateurs scolaires adolescents. (Contentor 74) e ainda: Ministério Educação Nacional. Secretaria de estado de Educação e Cultura. Direção Geral ensino Básico (1973) – Para uma pedagogia da coeducação. Lisboa: Ministério Educação. N.º 2 julho 1973 (Contentor 74).

2005), a relação estabelecida e privilegiada com os pais, a defesa intransigente da autonomia e da intervenção das crianças em liberdade e respeito pela sua iniciativa, fazem do JIP uma escola inovadora.

Esta escola demorou o seu tempo a criar uma cultura específica (Nogueira, 2011, p. 34), reconhecida nas mensagens de antigos/as alunos/as em tempos festivos específicos assim como hoje, no trabalho da Fundação Lucinda Atalaya, e à qual foram chamando de “pestalozziana” e que, aquando da morte da fundadora, houve que reformular para nela a incluir como pedagoga. Foi enorme o contributo de Lucinda Atalaia para esta consciência de uma cultura de escola diferente e foi ela quem mais contribuiu para a definir, para a expandir e para a manter. Com os diversos textos que foi produzindo, intervenções que foi fazendo, a organização e os documentos oficiais divulgados, foi levando a que toda a comunidade educativa do JIP (das professoras, educadoras, funcionárias/os, aos pais e ao exterior da instituição) se revisse, assimilasse e interpretasse como seus “os valores, as normas e representações” que foi elaborando como um primeiro estrato (Thurler cit. in Nogueira, 2011, p. 35) de criação dessa cultura de escola.

No JIP a conceção geral de escola é a democrática. A sala de aula foi sempre vista como um lugar em que o ensinar e o aprender se dá em ambos os sentidos, tendo o espaço extra aula um papel importante nas aprendizagens. A insistência na democratização do sistema educativo e de possibilidade de as escolas gerirem os seus projetos, consignadas na legislação⁴⁷ dos anos 80 e 90 do século passado, nada de novo veio acrescentar ao trabalho que, desde meados dos anos 50, o JIP vinha fazendo. Desde o início que o JIP defendera a educação integral com base na ideia de que esta só seria possível numa escola que analisasse o currículo e o valorizasse tendo em conta as experiências das crianças, trabalhando na forma de projetos para responder às necessidades de saber por ela identificadas. Pode afirmar-se que o Jardim-infantil Pestalozzi faz parte de um grupo de escolas que, no setor privado, se apresentam como exemplos de uma tradição pedagógica progressista que no séc. XX se reatou e desenvolveu em Portugal.

Bibliografia

- Associação de Jardins-Escolas João de Deus (1956) *Jardins-Escolas João de Deus: documento da sua atividade*. Lisboa: AJEJD.
- Bento, C. (1962). *A Intervenção social na Pedagogia de Pestalozzi*. Castelo Branco: [s.n.].
- Canário, R. (2005). *O que é a Escola? Um «olhar» sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A. P. (1991). *Éléments pour l'histoire d'une école de formation des instituteurs de maternelle*. Lisboa: [s.n.]
- Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cros, F. (2001). *L'innovation scolaire*. Paris: Institut National de la Recherche Pédagogique.
- Cruz, M. B. (1988). *O Partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

⁴⁷ Cf. Lei n.º46/86 e Lei n.º115/97 assim como Decreto-lei n.º 115 A/98 de 4 de Maio.

- Gonzalez, P. (2003). *O Movimento da Escola Moderna: um percurso cooperativo na construção da profissão docente e no desenvolvimento da pedagogia escolar*. Porto: Porto Editora.
- Jardim Infantil Pestalozzi: quem somos. Consultado em setembro 28, 2018: <http://www.jardiminfantilpestalozzi.pt/index.php/fundacao-lucindaatalaya/fundacao/quem-somos>
- Nogueira, R. (2011). *Escolas diferentes e suas práticas inovadoras: um olhar interpretativo* (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação).
- Nosella, P., & Buffa, E. (2009). *Instituições escolares: por que é como pesquisar*. Campinas: Alínea.
- Oliveira, L. H.; Gatti Júnior, D. (2002) História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. *Cadernos de História da Educação*. 1 (1), 73-76
- Pessoa, A. (1999). *História do Movimento da Escola Moderna Portuguesa: 1966-1996* (Tese de mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação).
- Pessoa, A. (2006). *A Educação das mulheres e das crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado* (Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação).
- Rolim, M. L. (2009, fevereiro 6). Lucinda Atalaia (1929-2009). *Jornal Expresso*.
- Rosas, F. (2004). Portugal século XX: 1890-1976: pensamento e ação política. Lisboa: Editorial Notícias.
- Silva, A. (1938). *Vida de Pestalozzi*. Lisboa: Edição Autor.
- Vincent, G. (Dir.). *L'éducation prisonnière de la forme scolaire. Scolarisation et socialisation dans les sociétés industrielles*. Lyon: Presses Universitaires.
- Villena, J. M. (Dir.) (2014, junho 23). Rosa Sensat – Associació de Mestres Rosa Sensat. Catalunya: TIAC. [vídeo]. Consultado em setembro 28, 2018 em: <https://www.youtube.com/watch?v=OIA7toz9PYM>

Fontes documentais:

- Arquivo Lucinda Atalaia. Contentores 1, 15, 16, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 48, 49, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 81, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 149, 151, 160.
- Arquivo Maria Lúcia Namorado. Caixa 46. Maço 3.

Entrevistas:

- Entrevista a Paula Lobo, membro da Direção do JIP, realizada por Ana Maria Pessoa, Lisboa, 9 junho 2017.
- Entrevista a Graça Fernandes, professora, realizada por Ana Maria Pessoa, Lisboa, 12 outubro 2018.